

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE
PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA E SAÚDE**

Pedro Henrique Carneiro Pazzini Pires

**DISCURSO DE ÓDIO EM HOMENS AUTORES
DE VIOLÊNCIA CONTRA A PARCEIRA
ÍNTIMA E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA**

Porto Alegre

2025

Pedro Henrique Carneiro Pazzini Pires

**DISCURSO DE ÓDIO EM HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA CONTRA A PARCEIRA ÍNTIMA E
PERSPECTIVAS DE MUDANÇA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Gonçalves Boeckel

Coorientadora: Profª. Dra. Ana Boff de Godoy

Porto Alegre

2025

Catálogo na Publicação

Carneiro Pazzini Pires, Pedro Henrique

Discurso de ódio em homens autores de violência e perspectivas de mudança / Pedro Henrique Carneiro Pazzini Pires. -- 2025.

103 p. : 30 cm.

Dissertação (mestrado) -- Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Saúde, 2025.

Orientador(a): Mariana Gonçalves Boeckel ;
coorientador(a): Ana Boff de Godoy.

1. Discurso de Ódio. 2. Violência Doméstica. 3. Masculinidades. 4. Análise de Discurso. 5. Violência. I. Título.

**DISCURSO DE ÓDIO EM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A
PARCEIRA ÍNTIMA E PERSPECTIVAS DE MUDANÇA**

BANCA AVALIADORA

Dr. Georgius Cardoso Esswein

Universidade Federal de Ciências da Saúde, UFCSPA

Dr. Adolfo Pizzinato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS

Dr. David Tiago Cardoso

Universidade do Vale do Itajaí, UNIVALI

Porto Alegre

2025

Epígrafe

Eu sou a mosca da sopa

E o dente do tubarão

Eu sou os olhos do cego

E a cegueira da visão

É, mas eu sou o amargo da língua

A mãe, o pai e o avô

O filho que ainda não veio

O início

O fim

E o meio

(Gita- Raul Seixas)

RESUMO

Esta dissertação visou investigar a presença de discurso de ódio em homens acusados de violência contra a mulher, autuados pela Lei Maria da Penha, e participantes do Grupo Reflexivo de Gênero intitulado Grupo Psicoeducativo para Homens Acusados de Violência (GPHAV-online), e as possíveis mudanças nesses discursos ao longo das intervenções psicoeducativas reflexivas. Trata-se de uma análise qualitativa de caráter longitudinal e documental cujo corpus de pesquisa foi composto de gravações e transcrições dos encontros de três edições completas do protocolo GPHAV-online, ocorridas nos anos de 2022 e 2024. O corpus foi agrupado e dividido em dois estágios: os 06 encontros iniciais (estado inicial) e os 03 encontros finais (efeitos da intervenção). A abordagem da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux foi utilizada para compreender as filiações e deslocamentos de discursos considerados como de ódio. Como resultados, pôde ser observada uma Formação Discursiva Machista Estruturante dominante, composta da confluência entre três aspectos interdependentes 1) crenças de gênero biologizantes e restritivas; 2) reacionarismo frente às conquistas feministas ou antifeminismo e 3) uma defesa e instrumentalização da violência como mecanismo legítimo de resolução de conflitos. As produções desta FD Machista Estruturante correspondem a expressões de discurso de ódio contra a mulher. Ao longo da aplicação do protocolo, observaram-se também, deslocamentos discursivos, que assinalam desidentificações à FD nos sujeitos, como em sinais de questionamento e atenuação parcial dos enunciados de ódio, em especial no aspecto de defesa e instrumentalização da violência, podendo já não naturalizá-la integralmente, e desenvolver novas estratégias de resolução de conflitos. Entende-se que Grupos Reflexivos de Gênero favorecem espaços de problematização de crenças naturalizadas e legitimadoras da violência, e, como intervenção educativa e preventiva do combate à violência contra a mulher, representam uma ferramenta relevante de política pública.

Palavras-chave: Discurso de ódio; Violência Doméstica; Masculinidades; Análise de Discurso; Violência; Saúde e bem estar; Igualdade de gênero; Redução das desigualdades; Paz, justiça e instituições eficazes.

ABSTRACT

This research aimed to investigate the presence of hate speech among men accused of violence against women, charged under the Maria da Penha Law, and participants in an online Gender Reflection Group, as well as the possible changes in these discourses throughout the reflective psychoeducational interventions. This is a qualitative, longitudinal, documentary analysis whose research corpus consisted of recordings and transcripts of meetings from three complete editions of the group intervention protocol (GPHAV-online), held in 2022 and 2024. The corpus was grouped and divided into two stages: the six initial meetings (initial state) and the three final meetings (intervention effects). Michel Pêcheux's French Discourse Analysis approach was used to understand the affiliations and shifts of discourses considered hateful. As a result, a dominant Structural Sexist Discursive Formation (DF) could be observed, composed of the confluence of three interdependent aspects: 1) gender-oriented, biologizing, and restrictive; 2) reactionary attitudes toward feminist achievements or anti-feminism; and 3) a defense and instrumentalization of violence as a legitimate conflict resolution mechanism. The productions of this Structural Sexist DF correspond to expressions of hate speech against women. Throughout the protocol's implementation, discursive shifts were also observed, signaling disidentifications with the DF, in signs of questioning and partial attenuation of hateful statements, especially regarding the defense and instrumentalization of violence, no longer fully naturalized. As well as the participants were able to develop new conflict resolution strategies. It is understood that Gender Reflective Groups represent a relevant public policy tool, for fostering spaces for problematizing naturalized beliefs that legitimize violence, and, as an educational and preventive intervention to combat violence against women.

Key words: Hate Speech; Domestic Violence; Masculinities; Discourse Analysis; Violence; Good health and well-being; Gender equality; Reduced Inequalities; Peace, justice and strong institutions.

SUMÁRIO

RESUMO	6
SUMÁRIO	8
1 INTRODUÇÃO	9
REFERÊNCIAS DA INTRODUÇÃO	16
2. REVISÃO DE LITERATURA	24
2.1 IDEOLOGIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA	24
2.2 DISCURSO DE ÓDIO	29
2.2.1 DISCURSO DE ÓDIO CONTRA A MULHER	32
2.2.2 DISCURSO DE ÓDIO COMO PROBLEMA JURÍDICO NO BRASIL	35
REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA LITERATURA	37
3 OBJETIVOS	41
3.1 OBJETIVO GERAL	41
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	41
4 QUESTÕES NORTEADORAS	41
5 ARTIGO	42
Introdução	42
Método	45
Delineamento	45
Arquivo	45
Procedimentos da Coleta de Dados	45
Procedimentos da Análise de Dados	46
Aspectos Éticos	47
Resultados e Discussão	48
“Aconteceu, aconteceu, a vida continua meu velho” - A Formação Discursiva Machista Estruturante no estado inicial do grupo (Encontros 1-6)	49
Ambivalências e deslizamentos de sentidos como perspectivas de mudança no segundo estágio do grupo (Encontros 7-9)	55
Considerações Finais	58
6 CONCLUSÃO GERAL	65
APÊNDICE A	67

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2008, a professora e escritora Lola Aronovich inaugurou o blog “Escreva Lola, Escreva” com críticas sobre cinema, arte e gênero e, neste mesmo tempo, passou também a receber comentários ofensivos, misóginos e ameaças de morte. Os ataques à escritora não eram desorganizados e nem isolados, mas se originavam de grupos de homens formados na internet que disseminavam ideias falsas e negativas sobre as mulheres, como a de que todas seriam interesseiras e inferiores ou que seriam, de qualquer maneira, causadoras de problemas e sofrimento, e que se diziam à época “masculinistas”. Dos seus exemplares mais radicais encontravam-se sites que glorificavam figuras como o autor do Massacre de Realengo, na cidade de Rio de Janeiro, e outros homicidas motivados por ódio (Aronovich, 2022). Lola recebia e-mails, comentários e ligações com ameaças, assim como encontravam-se comentários em fóruns de discussão defendendo sua morte e debatendo os meios, e ainda foi alvo de campanhas de difamação. Pelo recebimento constante de ataques por parte desses grupos, o caso de Lola acabou chamando a atenção da então deputada federal Luizianne Lins, que acabou por apresentar a Lei Lola, que prevê a investigação de crimes que difundam conteúdo misógeno na internet pela Polícia Federal (Lei nº 13.642, 2018). Alguns de seus agressores foram presos e o seu blog segue ativo há 17 anos (Aronovich, 2022).

Episódios mais recentes ilustram como este problema persiste e também permeia o campo político. No mês de março de 2025, o então deputado federal Gustavo Gayer, em referência à nomeação da também deputada federal Gleisi Hoffmann ao posto de Ministra das Relações Institucionais, publicou em suas redes sociais (Panho, 2025):

“E aí Lindbergh Farias? Vai mesmo aceitar seu chefe oferecer sua esposa para o Hugo Motta e Alcolumbre como um cafetão oferece uma GP (garota de programa)? Sua esposa sendo humilhada pelo seu chefe e você vai ficar calado?”

A publicação de Gustavo traz profundo desrespeito à deputada e a desumaniza ao torná-la objeto sexual de troca entre homens, e aponta ainda uma suposta responsabilidade e autoridade de seu companheiro sobre ela. Mas sob mais minuciosa observação, vê-se que o ponto de partida inicial do ocorrido fora a fala do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em um evento público, onde referiu ter colocado uma “mulher bonita” como Ministra para ajudar a estabelecer melhores relações com o congresso (Martins, 2025).

Em maio do mesmo ano, a também ministra Marina Silva foi convidada a falar no Senado Federal sobre áreas de preservação na região norte do Brasil, mas durante a sessão sofreu ataques por parte dos senadores, acabando por abandonar o local (Schroeder & Behnke, 2025). O presidente da sessão a interrompeu uma série de vezes, chegando a cortar seu microfone e afirmando que a Ministra deveria “se pôr no seu lugar”, assim como o senador Plínio Valério referiu desejar separar a mulher da ministra, pois “a mulher merece respeito e a ministra não”; e também o mesmo, em ocasião anterior, já havia contado o que ele próprio nomeou como piada (Groth, 2025): "Imagine vocês ficar com Marina seis horas e dez minutos sem ter vontade de enforcá-la".

Que lugar é este que a mulher deve se colocar? Falas como essas demonstram já em si o lugar de vulnerabilidade à violência que a população feminina se encontra no Brasil. O trabalho de Hintze (2021) e Silva & Santana (2021) dão norte a essa pergunta ao considerar sobre o machismo estrutural. Compreende-se que o machismo é estrutural, pois os mais diversos aspectos da vida social, como o trabalho, os relacionamentos, o lazer ou até mesmo a maneira que as pessoas lidam e entendem a si mesmas são influenciadas por ele (Hintze, 2021). A construção da “mulher” como categoria social, mantém uma historicidade importante para compreender sua vulnerabilidade atual em sociedades influenciadas pelo patriarcalismo, como o Brasil. As significações culturais sobre o feminino delimitam um espaço restrito para a mulher na sociedade, um espaço de submissão, desvalorização e objetificação como propriedade do homem (Silva & Santana, 2021). Somado a isso, o enaltecimento de valores associados à virilidade e ao “masculino”, e o rechaço a valores associados ao “feminino” constituem um sistema de opressão da mulher que pode acabar por promover e justificar ações violentas e discriminatórias (Hintze, 2021). A construção histórica desses posicionamentos, no entanto, é apagada pela ideologia e intencionalmente apresentado como dados da “natureza” ou de uma suposta “essência” das pessoas ou das relações sociais (Orlandi, 2015), perdendo, deste modo, também, a possibilidade de crítica.

A Organização Mundial da Saúde (2024) entende a violência por parceiro íntimo (VPI) como qualquer comportamento cometido por um parceiro ou ex-parceiro íntimo que cause dano físico, sexual ou psicológico aos participantes dessa relação. O Atlas da Violência, em sua mais recente versão, de 2025, informa que, enquanto nos anos de 2022 e 2023 a taxa geral de homicídios em geral viu uma queda de 2,3%, a taxa de

homicídios femininos se manteve a mesma, e também, os registros de agressões não letais à mulher, no ano, de 2023 viram um aumento nos casos de 22,7%. Importantemente apontar, ainda, que a grande maioria dos casos registrados de agressão à mulher tem homens como autores, ocorre no contexto doméstico e mantém uma taxa de revitimização de 55,4%. A intersecção perigosa entre uma cultura machista e o racismo estrutural também demonstra seus efeitos na pesquisa: as mulheres negras são as mais vulneráveis, enquanto os dados de homicídio para o total da população feminina se manteve estagnado, para as mulheres negras no mesmo período aumentaram em 2,4%. e de 2013 a 2023 representaram 67,1% dos casos registrados (Cerqueira et al., 2025).

Concomitantemente, a décima edição da Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher, conduzida pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), realizou entrevistas com mulheres nos 26 estados do Brasil e no Distrito Federal e revelou que 30% das mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica perpetrada por homens, com 22% desses casos ocorrendo nos últimos 12 meses. Apesar dos esforços recentes de combate à violência contra a mulher, os índices permanecem estáveis em comparação com a pesquisa anterior de 2021, que indicava 27% de mulheres sofrendo violência e 20% desses casos ocorrendo nos últimos 12 meses. Em termos de tipos de violência, os resultados destacam um aumento significativo na violência psicológica, que é agora apontada como a mais prevalente entre mulheres vítimas de violência por homens, alcançando 89% dos casos, seguida pela violência moral, com 77%, e pela violência física, com 76% (DataSenado & Observatório da Mulher contra a Violência, 2023).

A persistência da violência contra a mulher é multifatorial, sendo atrelada a uma série de crenças socialmente difundidas ao longo dos anos sobre gênero, crenças que são geradoras também de uma série de outras desigualdades em diversos âmbitos da sociedade, influenciando negativamente a vida de indivíduos e a dinâmica social. Impactos podem ser percebidos no âmbito do trabalho em diferenças salariais entre mulheres e homens, mesmo quando de características produtivas similares seja no setor público ou privado (Passos & Machado, 2022b; Rodrigues, 2023), na divisão desigual do trabalho doméstico e do cuidado (Pinheiro, Medeiros, Costa, & Barbosa, 2023), que pode influir, inclusive, na decisão e capacidade dos membros de um conjunto familiar de participarem e manterem-se ou não no mercado de trabalho (Santos, 2019; Passos & Machado, 2022a). Verificam-se sinais dessa influência na educação, na baixa presença

de homens atuando na educação infantil e, por sua vez, no estranhamento e desconfiança que enfrentam nessas áreas (Duarte, Duarte, Gimenez, & Martins, 2022; Oliveira, Soares, & Copetti, 2024), nas maiores taxas de fracasso e evasão escolar em meninos, assim como na qualidade das queixas escolares por eles apresentados (Garbarino, 2021). Da mesma forma, alunas-mães tendenciam à evasão escolar ao encontrarem dificuldades de conciliar seus objetivos educacionais e as tarefas de cuidado para com os filhos, sendo impelidas a priorizarem suas posições como mães em detrimento de suas posições como alunas ou profissionais (Ratusniak & Silva, 2023), e também a própria escolha profissional mantém esta influência de crenças restritivas representada na segregação por gênero nos cursos de ensino superior (Pessoa, Vaz, & Botassio, 2021). Não podendo escapar do problema, e relacionado, inclusive, à própria manutenção de tais desigualdades, o campo da política desvela essa discrepância com a baixa representatividade política de mulheres no país, sobretudo mulheres negras, e também, como visto, nas frequentes violências políticas de gênero que enfrentam (Souza, 2019; Pinho, 2020).

Já na saúde, campo específico deste trabalho, a própria violência contra a mulher é um tipo de consequência dessas normas de gênero restritivas bastante preocupante, no entanto, não a única. Os homens são mais propensos a cometer suicídio (Secretaria da Vigilância em Saúde, 2024), apresentam mais risco de envolver-se em crimes violentos, como a autoria e vitimização por homicídio (Cerqueira & Bueno, 2023) e têm maior prevalência no uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas (Opaleye, Noto, Locatelli, Amato & Bedendo, 2021). Ademais, os homens mantêm baixa procura aos serviços de saúde, tanto por não identificação com espaços de cuidado, entendidos como feminilizados, quanto por despreparo dos serviços no atendimento às especificidades dessa população, acarretando em um agravamento de quadros evitáveis (Pereira & Pereira, 2024; Lima et al., 2023). Zanello (2018) afirma que em sociedades sexistas como o Brasil o sofrimento é gendrado, postulando haver desigualdade também na própria saúde mental, onde as configurações e performances de gênero e as hierarquias de poder em uma localidade podem levar a diferentes diagnósticos e tratamentos para pacientes com mesma sintomatologia. As próprias queixas trazidas para tratamento na saúde mental são muitas vezes relacionados a descompassos com os padrões sociais de gênero, e encontram-se também maiores taxas de transtornos mentais comuns em indivíduos que ocupam status social marginalizado, como as mulheres.

Para compreender este problema, o presente projeto de pesquisa ampara-se

primeiramente nos estudos de Judith Butler sobre gênero e subjetivação (1990/2023; 1997/2022). Para a autora, gênero refere-se a um conjunto de atos performativos socialmente construídos e mantidos por repetição, dizendo respeito a identidades idealizadas de homens e mulheres e suas posições nas relações que estabelecem em uma dada sociedade; e subjetivação é o processo pelo qual um indivíduo absorve essas idealizações sociais em seu próprio senso de identidade. Então, se há sempre um outro na vida psíquica individual e se, portanto, toda Psicologia individual é necessariamente também social (Freud, 1920/2011b), é então de interesse apreender sobre as estruturas sociais e a perpetuação de suas normas e valores culturais, que, como visto, serão em seguida introjetadas nos sujeitos, influenciando suas capacidades de autodeterminação e podem servir à manutenção da desigualdade (Butler, 1990/2023; 1997/2022; Freud 1923/2011a; 1920/2011b). Neste ponto é onde surge o interesse pelo objeto desta pesquisa: o discurso de ódio, que é uma das maneiras pelas quais a dominação e a violência podem, também, ser mantidas, propagadas e performatizadas (Butler, 1997/2021). Uma definição objetiva do ato de “discurso de ódio” ainda encontra-se como um debate em aberto na atualidade, mas isso não impede que se encontrem maneiras para identificá-lo. É possível compreendê-lo como um discurso que a) é direcionado a grupos minoritários; b) o conteúdo da mensagem expressada é o ódio; c) a intenção do discursante é de causar ou instigar dano; d) o discurso incita ações para além de si mesmo; e) manifesta-se publicamente; f) o contexto habilita respostas violentas, seja por manifestação de poder do discursante, receptividade da audiência ou histórico de violência no ambiente em que dito discurso se localiza; g) o discurso não se justifica de outras formas (Guillen-Nieto, 2023). Compreender o discurso de ódio como não apenas uma forma de expressão ofensiva, mas como um dispositivo ideológico que perpetua violências e hierarquias sociais contribui para conectá-lo a suas possíveis consequências concretas.

É precisamente a partir desta perspectiva que este escrito se propõe a investigar manifestações de discurso de ódio em homens autores de violência contra a parceira íntima participantes do Grupo Psicoeducativo para Homens Acusados de Violência, GPHAV-online (Goulart, 2022), um dos programas de recuperação e reeducação articulados em conformidade com a Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, 2006). A análise se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos da Análise de Discurso francesa (AD) (Orlandi, 2015; Pêcheux, 1969/1997; Pêcheux & Fuchs, 1975/1997; Pêcheux, 1975/1995), que compreende a linguagem não somente como um veículo de

comunicação entre sujeitos mas como espaço de conflitos ideológicos. Ou, como coloca Orlandi (2015), o discurso é a materialidade específica da ideologia e "não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia" (p. 17). A opção pela AD se fundamenta na necessidade de compreender esses discursos de maneira contextualizada, observando o discurso enquanto em ação no mundo com suas relações históricas e de poder. Orlandi (2015) explica que a AD visa compreender a produção de sentidos, ela aborda os discursos no espaço da relação da língua com os sujeitos que a falam e nas situações em que falam, colocando o discurso como implicado em "processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc" (Orlandi, 2015 p. 21). Neste sentido, não ignora a face política dos discursos pois os compreende como a materialidade específica da ideologia, permitindo uma análise aprofundada dos discursos e revelando, também, as formas como a linguagem é utilizada para reproduzir ou contestar estruturas de poder, trazendo os processos de constituição sócio-histórica e ideológica dos sujeitos, e relacionando fatores ideológicos em que linguagem e sociedade se constituem mutuamente. Condizente, portanto, com o objeto de pesquisa em questão.

No período de abril de 2024, foi realizada consulta às principais bases de dados brasileiras e internacionais sobre trabalhos referentes ao mesmo tema deste projeto de pesquisa: o discurso de ódio em homens acusados de violência por parceiro íntimo, produzidos nos últimos cinco anos utilizando as palavras-chave "Discurso de ódio" e "Violência por parceiro íntimo", "Hate speech" e "Intimate Partner Violence". Das produções brasileiras, descobriu-se uma série de pesquisas que mantém-se nesse campo com enfoques diversos, na relação dos discursos de ódio com a masculinidade (Secco, 2023; Castellano & Miguel 2023), mesmo quando ocorrendo no espaço da internet (Ribeiro, 2023; Elias, 2023) e em preocupações e provocações do campo do direito (Oliveira & Silva, 2021; Giacoia & Santos, 2020; Júnior et al., 2020). Mas poucos foram os estudos que trabalharam esses discursos em homens acusados de violência contra parceira íntima, sendo eles no campo da linguagem (Barbosa et al. 2020) e na educação (Júnior & Portal, 2023). As pesquisas internacionais em língua inglesa demonstram, também, panorama semelhante, com uma grande parcela focando-se especificamente no ambiente online e colocando o discurso de ódio como um tipo de violência (Løkkeberg et al., 2023; Bansal et al., 2023). Esta supervalorização do ambiente online nas pesquisas, como se separado do "mundo real", também já vem sendo notada e recebendo sinais de atenção (Tamarit-Sumalla et al., 2022). A falta da terminologia

“discurso de ódio” em algumas pesquisas não significa, no entanto, que a relação entre ideologias/discursos e a violência praticada não sejam estudadas, autores podem preferir utilizar diretamente misoginia ou sexismo (Martínez-Bacaicoa et al., 2024; Muratore et al., 2023). Seguindo padrão anterior, trabalhos focados diretamente nos discursos de homens existem (Bellini et al., 2021), mas são ainda incomuns.

A evolução do conhecimento sobre as relações entre fenômenos discursivos, linguagem e violência proporciona uma base teórica mais robusta para futuras investigações e contribuições de demais profissionais e pesquisadores dessas áreas. A aproximação e compreensão dos fenômenos discursivos em homens autores de violência oferece insights úteis para o desenvolvimento de intervenções clínicas, reflexivas e psicoeducativas a essa população; bem como, o desenvolvimento de estratégias de prevenção à violência contra a mulher. Partindo disso, o presente projeto de pesquisa, ancorado em diferentes autores de diferentes áreas de conhecimento, como do campo dos estudos de gênero, da psicanálise, da filosofia e do campo jurídico, objetiva investigar a presença de discursos de ódio em homens acusados de violência pela Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, 2006), durante sua participação no Grupo Psicoeducativa com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV-online), (Apêndice A), desenvolvido pelo grupo de pesquisa no qual o presente trabalho está inserido (Goulart, 2022) e possíveis mudanças nesses discursos ao longo das intervenções psicoeducativas reflexivas do GPHAV.

REFERÊNCIAS DA INTRODUÇÃO

- Aronovich, L. (2022). A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva. *Revista Estudos Feministas*, 30(2). <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286981>
- Bansal, V., Rezwan, M., Iyer, M., Leasure, E., Roth, C., Pal, P., & Hinson, L. (2023). A Scoping Review of Technology-Facilitated Gender-Based Violence in Low- and Middle-Income Countries Across Asia. *Trauma, Violence, & Abuse*, 25(1), 463–475. <https://doi.org/10.1177/15248380231154614>
- Barbosa, Â. A. de A., Silva, R., & da Silva, D. L. G. (2020). O Ato de Nomear no Discurso de Ódio Contra a Mulher. *PERcursos Linguísticos*, 10(25), 247–258. <https://doi.org/10.47456/pl.v10i25.30687>
- Bellini, R. F., Tseng, E., McDonald, N., Greenstadt, R., McCoy, D., Ristenpart, T., & Dell, N. L. (2021). “So-called privacy breeds evil”: Narrative Justifications for Intimate Partner Surveillance in Online Forums. *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction*, 4, 1–27. <https://doi.org/10.1145/3432909>
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: Uma política do performativo* (pp. 1–282). Editora Unesp. (Original publicado em 1997)
- Butler, J. (2022). *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição* (1st ed., Vol. 6). Autêntica. (Original publicado em 1997)
- Butler, J. (2023). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (24th ed.). Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Castellano, M., & Miguel, V. M. (2023). “O sofrimento amoroso do homem”: misoginia e discurso de ódio na literatura masculinista de autoajuda. *RuMoRes*, 17(34),

116–135. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.214389>

Cerqueira, D., & Bueno, S. (2023). Atlas da Violência 2023. In <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. IPEA.

Cerqueira, D., Bueno, S., Lima, R. S. de, Lins, G. de O. A., Coelho, D. S. C., Moura, L., Armstrong, K. C., Guedes, E., Marques, D., Camarano, A. A., Bernardes, L., Silva, F. A. B. da, Carvalho, C. H. R. de, Vargas, C. E. de C., Lunelli, I. C., Caballero, B., Cayres, D., Miklos, M., Brandão, J., & Pacheco, D. (2025). *Atlas da Violência* (pp. 1–176). IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

DataSenado, I. de P., & Observatório da Mulher contra a Violência. (2023). *Pesquisa Nacional de Violência Contra a Mulher* (pp. 1–791). Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/pesquisanacional>

Duarte, L. F. G., Duarte, R. G., Gimenez, R., & Martins, I. C. (2022). O cuidar e o educar realizado por professores homens na educação infantil: desafios de um cenário feminilizado. *Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação E Sociedade*, 9(20), 91–106. <https://doi.org/10.55028/pdres.v9i20.14998>

Elias, I. de S. C. (2023). *Discurso de Ódio Contra Mulheres: Estudo Sobre a Cultura do Cancelamento Proferido nas Mídias Sociais e Análise de Caso* (pp. 1–102) [Mestrado]. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/10083>

Freud, S. (2011a). O Eu e o Isso. In *O Eu e o Isso, “Autobiografia” e Outros Textos (1923-1925)*. Companhia das Letras.

Freud, S. (2011b). Psicologia das Massas e Análise do Eu. In *Psicologia das Massas e Análise do Eu e Outros Textos (1920-1923)*. Companhia das Letras.

- Garbarino, M. I. (2021). Queixa Escolar e Gênero: A (Des)construção de Estereótipos na Educação. *Revista Brasileira de Educação*, 26, 1–21. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260011>
- Giacoaia, G., & Santos, J. R. dos. (2020). Discurso de Ódio e Psicologia das Massas: O Poder Destrutivo das Palavras. *Revista Da Faculdade de Direito Do Sul de Minas*, 36(2). <https://revista.fdsu.edu.br/index.php/revistafdsu/article/view/92>
- Goulart, A. D. (2022). *Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV)* [Mestrado]. <https://repositorio.ufcspa.edu.br/handle/123456789/2035>
- Groth, A. (2025, 19 de Março). *Senador diz não se arrepender por fala sobre enforcar Marina Silva*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/senador-diz-nao-se-arrepender-por-fala-sobre-enforcar-marina-silva/>
- Guillén-Nieto, V. (2023). *Hate Speech: Linguistic Perspectives*. De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110672619>
- Hintze, H. (2021). Desnaturalização radical do machismo estrutural - Primeiras aproximações. In *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. Paco editorial.
- Júnior, F. F., Dantas, A. C. D. M. e S., & Silva, R. L. da. (2020). Implicações Penais do Linchamento Virtual com Foco no Comportamento Sexual da Mulher: Disseminação do Discurso de Ódio nas Relações de Gênero sob uma Perspectiva Criminológica Feminista. *Cadernos de Direito*, 19(37), 171–189. <https://doi.org/10.15600/2238-1228/cd.v20n37p171-189>

- Júnior, R. S. de F., & Portal, M. S. (2023). Violência Doméstica Contra a Mulher: Narrativas de uma Barbárie Silenciada. *Perspectivas Em Diálogo: Revista de Educação E Sociedade*, 10(23), 161–178. <https://doi.org/10.55028/pdres.v10i23.17023>
- Lei N° 11.340, (2006). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lei N° 13.642, (2018). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13642.htm
- Lima, M., Silva, M., Pinho, C., Lima, N., Silva, J., França, I., & Andrade, M. (2023). Saúde do Homem e Acesso à Atenção Primária à Saúde: Revisão Integrativa. *Revista Psicologia, Saúde & Doenças*, 24(03), 1142–1152. <https://doi.org/10.15309/23psd240328>
- Løkkeberg, S. T., Ihlebæk, C., Brottveit, G., & Busso, L. D. (2023). Digital Violence and Abuse: A Scoping Review of Adverse Experiences Within Adolescent Intimate Partner Relationships. *Trauma, Violence, & Abuse*, 25(3). <https://doi.org/10.1177/15248380231201816>
- Martínez-Bacaicoa, J., Real-Brioso, N., Mateos-Pérez, E., & Gámez-Guadix, M. (2024). The Role of Gender and Sexism in the Moral Disengagement Mechanisms of Technology-Facilitated Sexual Violence. *Computers in Human Behavior*, 152, 1–10. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2023.108060>
- Martins, L. (2025, 12 de Março). *Lula diz que escolheu “mulher bonita” para diminuir distância com Congresso.* CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-diz-que-escolheu-mulher-bonita-para>

-diminuir-distancia-com-congresso/

Muratore, M. G., Villante, C., & Scarnicchia, L. (2023). Looking at Gender Stereotypes to Fight Gender Based Violence. *RASSEGNA ITALIANA DI CRIMINOLOGIA*, 3, 211–225. <https://ojs.pensamultimedia.it/index.php/ric/article/view/6973>

Oliveira, J. F. de , & Silva, R. L. da . (2021). As Lições da Justiça Global para o Enfrentamento dos Discursos de Ódio Contra Mulheres na Internet. *Argumenta Journal Law*, 35, 533–562. <https://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/374>

Oliveira, V. A. de, Soares, R. G., & Copetti, J. (2024). O Professor Homem e sua Atuação na Educação Infantil: uma Revisão Sistemática. *Revista de Ensino, Educação E Ciências Humanas*, 25(1), 124–129. <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2024v25n1p124-129>

Opaleye, E. S., Noto, A. R., Locatelli, D. P., Amato, T. de C., & Bedendo, A. (2021). *II Relatório brasileiro sobre drogas: Sumário executivo* (pp. 01-49). Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos. <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/arquivo-manual-de-avaliacao-e-alienacao-de-bens/SumarioExecutivoIIRelatrioBrasileirosobreDrogas.pdf>

Organização Mundial da Saúde. (2024). *Violence against Women*. World Health Organization. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>

Orlandi, E. (2015). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (12th ed.). Pontes.

- Panho, I. A. (2025, 13 de Maio). *Gustavo Gayer ultrapassou os limites com Gleisi e deve virar réu, diz PGR.* VEJA. <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/gustavo-gayer-ultrapassou-os-limites-com-gleisi-e-deve- virar-reu-diz-pgr/>
- Passos, L., & Machado, D. (2022a). Determinantes do Trabalho Produtivo no Brasil: As Normas de Gênero e a Decisão Intrafamiliar. *Economia E Sociedade*, 31(1), 203–227. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2022v31n1art10>
- Passos, L., & Machado, D. C. (2022b). Diferenças Salariais de Gênero no Brasil: Comparando os Setores Público e Privado. *Revista de Economia Contemporânea*, 26, 1–26. <https://doi.org/10.1590/198055272607>
- Pecheux, M. (1995). *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Editora Unicamp. (Original publicado em 1975)
- Pêcheux, M. (1997). Análise Automática do Discurso. In *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Editora Unicamp.
- Pêcheux, M., & Fuchs, C. (1997). A propósito da Análise Automática do Discurso. In *Por uma Análise Automática do Discurso: Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux*. Editora Unicamp.
- Pereira, R. A., & Pereira, K. A. (2024). O Desafio da Inserção do Homem na Atenção Primária à Saúde. *Revista Extensão*, 8(2), 97–108. <https://revista.unitins.br/index.php/extensao/article/view/9674>
- Pessoa, M. F., Vaz, D. V., & Botassio, D. C. (2021). Viés de Gênero na Escolha Profissional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 51, 1–22. <https://doi.org/10.1590/198053148400>

- Pinheiro, L., Medeiros, M., Costa, J., & Barbosa, A. de H. (2023). Gênero é o que importa: Determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. *Texto Para Discussão*, 1–46. IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12380/1/TD_2920_web.pdf
- Pinho, T. R. de. (2020). Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, 28(2), 1–14. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n267271>
- Ratusniak, C., & Silva, C. C. da. (2023). Evasão Escolar ou Expulsão: Por que Alunas-Mães Abandonam a Escola? *Psicologia Escolar E Educacional*, 27, 1–9. <https://doi.org/10.1590/2175-35392023-243705>
- Ribeiro, L. A. C. (2023). *Pandemia Feminista: um Estudo de Caso sobre Discurso de Ódio de Gênero no Instagram* [Mestrado]. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.62755>
- Rodrigues, F. A. (2023). Barreiras à Efetivação da Igualdade Salarial de Gênero no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 31(1), 1–13. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n182532>
- Santos, V. C. dos. (2019). *Trabalho e Responsabilidades Familiares: Desigualdades Entre Homens e Mulheres no Uso do Tempo* (pp. 1–204) [Doutorado]. <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2942>
- Schroeder, L., & Behnke, E. (2025, 27 de Maio). *Marina Silva deixa sessão após senador dizer que ela não merece respeito*. CNN Brasil. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/marina-silva-bate-boca-com-senadores-e-abandona-sessao/>

- Secco, J. M. F. (2023). *Expressões Narrativas e Significados Atribuídos às Masculinidades em Postagens na Rede Social Reddit* [Mestrado].
<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39481>
- Secretaria da Vigilância em Saúde. (2024). *Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021* (pp. 1–18). Ministério da Saúde.
<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2024/boletim-epidemiologico-volume-55-no-04.pdf>
- Silva, J. rocha C. de Q. e , & Santana, I. J. (2021). A construção da sociedade patriarcal no Brasil e a naturalização da violência contra a mulher. In *Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira*. Paco editorial.
- Souza, J. G. de. (2019). Desigualdade de Gênero: A Participação Feminina na Política Brasileira. *Revista Direito UNIFACS*, 228, 1–27.
<https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/6069>
- Tamarit-Sumalla, J.-M., Malpica-Lander, C., & Fernández-Cruz, V. (2022). Co-Occurrence of Online and Offline Victimization: A Latent Class Analysis in University Students. *Social Sciences*, 11(1), 16.
<https://doi.org/10.3390/socsci11010016>
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação* (1st ed.). Appris.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 IDEOLOGIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

(João 1:1)

Dentre as motivações pelas quais estes problemas persistem, mesmo com tantos esforços de combate à desigualdade e o aumento da conscientização sobre a violência e sobre os estereótipos de gênero na atualidade, está o fato de que tais concepções estereotipadas mesclam-se com a identidade dos indivíduos que as defendem, modulando sua subjetividade e comportamento (Butler, 1997/2022). O sujeito, costumeiramente tido como sinônimo de indivíduo, é mais apropriadamente descrito como uma categoria linguística, um lugar o qual ocupam os indivíduos para adquirir inteligibilidade social e poderem, a partir dessa posição, relacionarem-se com o mundo. Ao afirmar-se, por exemplo, como “um bom pai”, “trabalhador” ou “um homem de verdade”, o enunciante fala a partir de sentidos e posições sociais pré-existentes, que carregam consigo expectativas de conduta, valores, hierarquias e normas morais historicamente produzidas (Orlandi, 2015).

Com Orlandi (2015) encontram-se alguns conceitos fundamentais para entender esse processo, como ideologia e discurso. Para a autora a ideologia trata-se de uma instância constitutiva da linguagem, atuando na naturalização de sentidos específicos, fazendo com que pareçam naturais ou lógicos e apagando sua determinação sócio-histórica (Orlandi, 2015). Ela é compreendida não como um conjunto de crenças somente, mas uma dimensão ineliminável da existência humana e que é condição para a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Trata-se de uma prática estruturante da relação do sujeito com a sua língua e história, um sistema de sentidos que operam no inconsciente. Ainda que os sentidos dados pelas pessoas às suas próprias experiências não seja igual ou garantido, isso não significa que não existam formas de controle que busquem uma homogeneização. O filósofo Althusser (2025) dedicou-se a essa questão na observação do que chamou de aparelhos ideológicos de estado. Percebendo que, para que possa existir, toda formação social deve garantir, também, as condições de sua própria reprodução, onde, para tanto, instituições em princípio diferentes, como as

religiosas, familiares, jurídicas, escolares, políticas ou culturais, funcionam como aparelhos ideológicos que aproximam-se na medida em que podem representar uma mesma ideologia na transmissão de um determinado conjunto de valores, regras de moral e consciência cívica e social semelhante.

A partir daqui, a noção de discurso que se utiliza é também importante. Ela se distancia do esquema usual e linear de comunicação e, também, não deve ser confundido com fala, mas sim como coloca Orlandi (2015): “O discurso é efeito de sentido entre locutores” (p. 20). Ele é, então, parte do trabalho social geral de constituição do sujeito e sua história. Concebe-se, assim, que a linguagem em questão não é somente um sistema regrado de signos, mas um espaço de mediação, conexão e interação entre o ser e a realidade social, ela antecede o sujeito, ela é o meio entre o eu e o mundo, é a ponte e o escudo que torna possível tal interação. A ideologia se materializa concretamente por meio das Formações Discursivas (FD), determinações do que pode e deve ser dito por determinados sujeitos, tornando os sentidos sempre determinados ideologicamente (Orlandi, 2015). E o efeito ideológico elementar é, exatamente, a constituição do sujeito por meio da interpelação (Orlandi, 2015).

Todo nosso trabalho encontra aqui a sua determinação, pela qual a questão da constituição do sentido junta-se à da constituição do sujeito, e não de um modo marginal mas no interior da própria "tese central", na figura da interpelação (Pêcheux, 1995 p. 153-154)

Interpelação, sujeição ou assujeitamento refere-se ao processo pelo qual um indivíduo torna-se sujeito, que implica no apego e subordinação a um poder formador. Trata do fenômeno psicológico de internalização do poder, como as normas sociais, na constituição do que o indivíduo interpelado em sujeito percebe como sua “identidade” (Butler, 1997/2022). A perspectiva de que o ambiente social, o contexto histórico político, e suas construções sociais são absorvidas pelos indivíduos tornando-os sujeitos, supõe um componente psíquico que realiza esta operação, assim como é também afirmar que os sentidos dados às experiências vividas por cada indivíduo não são uma produção plenamente individual ou autoral, por mais que assim possa parecer. Este engano, que cria a ilusão de que o sujeito é dono do que diz, acontece pois, ao falarmos somos afetados por dois tipos de esquecimento. O primeiro esquecimento é o chamado esquecimento ideológico e refere-se à não percepção de que ao falar retomamos sentidos já pré-existentes na língua e na cultura. Alguém poderia dizer, por exemplo, que “qualquer um pode enriquecer com esforço” ou que “as mulheres não

deveriam trabalhar e se dedicar ao cuidado do lar”, sem perceber que reitera sentidos já correntes em sociedade. O segundo esquecimento é da ordem da enunciação, é a desconsideração do fato de que ao falarmos falamos de uma maneira específica e não outra, usamos certas palavras e expressões e não outras, e essas escolhas também participam da construção de sentido de um dizer. Estes esquecimentos que podem se exemplificar através do trabalho de geração de paráfrases e sinonímias que indicam que um dizer sempre poderia ser outro (Orlandi, 2015).

Para começar a pensar sobre o componente psíquico aqui em operação, Butler (1997/2022) propõe como exemplo o apego de uma criança aos seus cuidadores na primeira infância: ele é um requisito de sobrevivência que vincula-se à sua posição de dependência inicial e que tendenciona a criança a “escolher” sobreviver na subordinação ao poder, (nesse caso, seus cuidadores,) e, então, modular o seu comportamento aos deles e às suas menções de aprovação, a não sobreviver. Este “apego à sujeição”, que explora uma vulnerabilidade, torna a repetição das normas sociais que produzem o sujeito uma ficção necessária. A autora relaciona esse problema à noção de melancolia em Freud, a melancolia que fora originalmente entendida como uma reação ambivalente à perda e que descreve a ocasião do desaparecimento de um objeto originalmente externo de amor, e a recusa de romper o apego a esse objeto, que leva, então, ao redirecionamento desse afeto ao próprio Eu em forma de ódio e crítica, sofrimento. É um processo de internalização e identificação que busca substituir o objeto perdido pelo próprio Eu, como forma de resposta a uma perda não elaborada e portanto tida como indizível. O objeto que se perde e o luto aqui referidos não se tratam somente da morte, mas incluem outras perdas como decepções, ofensas e ideais, acomodando espaço para a conjuntura social na psique. Freud (1923/2011) aponta que o processo descrito, inicialmente, na melancolia é, em verdade, bastante habitual e “participa enormemente na configuração do Eu e contribui de modo essencial para formar o que se denomina seu caráter” (p. 9). O Eu, o sujeito, é constituído, assim, dessas identificações que ocorrem em maior intensidade na primeira infância, mas seguem ocorrendo frequentemente durante a vida cotidiana. Esse processo informa que para trabalhar o problema da internalização e a autocensura não podemos considerá-las como simples reproduções idênticas das proibições sociais, mas sim como reações a elas. Quando o poder social influencia as perdas que serão reconhecidas como dignas de luto, a dor da perda de comportamentos e desejos tidos como proibidos ou de ideais não atingidos recai como culpa sobre o próprio indivíduo, o efeito da regulação social,

portanto, encontra-se neste efeito de culpa e auto-julgamento (Butler, 1997/2022).

Mas como se formam estas identidades que abraçam com tanta facilidade a violência? Sobre isto, é pertinente refletir sobre gênero. Gênero não se trata de algo que se é, ou homem ou mulher ou demais identificações possíveis, mas sim algo que se faz, um ato, e os significados que justificam essas ações e que reforçam sua repetição como uma afirmação dessa identidade idealizada. As ações corriqueiras do dia a dia, como a forma de se vestir, de falar e se portar em determinados contextos sociais são exemplos dessas repetições, as quais, no entanto, não ocorrem livremente, mas sob coação social e pela necessidade de reconhecimento. Faz-se aqui uma passagem de uma compreensão de gênero como uma categoria estável, para o mesmo como efeito dos processos de significação. Isso permite uma maior articulação com as relações políticas de poder e de linguagem que lhe são referentes, e que estabelecem *a priori* os critérios de identificação e validação de um sujeito em alguma categoria de gênero (Butler, 1990/2023).

Não há nada em um corpo sexuado que garanta que o ser que se torna mulher ou homem seja necessariamente fêmea ou macho. O corpo sexuado encontra alguma significação dentro das regulações e limites culturais que estabelecem sua inteligibilidade, tais concepções mesclam-se com a identidade dos indivíduos, modulando sua subjetividade e comportamento (Butler, 1990/2023, 1997/2022). O fato de os sentidos dados pelas pessoas às suas próprias experiências não ser igual ou garantido, não significa que não existam formas de controle que busquem uma homogeneização. Discursos que mantêm a noção de que há uma forma “verdadeira” do gênero e que buscam homogeneizar sua experiência ainda são recorrentes e instigam a produção da desigualdade e a opressão. Para esse tipo de discurso, gêneros “inteligíveis” são os que mantêm coerência e continuidade entre sexo biológico, performance de gênero, desejo e prática sexual - naturalmente, essa posição encontra-se em conflito com a proliferação e persistência de identidades de gênero que desafiam o padrão esperado (Butler, 1990/2023). Por isso, é necessário compreender a construção da diferença e hierarquização entre os gêneros como inerentemente ideológicos, pois advém de uma relação de subordinação com o poder, o qual, por costume, entendemos como algo externo ao ser mas que, em verdade, opera como condição para a constituição da identidade pessoal (Butler, 1990/2023). Em concordância, Zanello (2018) aponta, ainda, o funcionamento das chamadas tecnologias de gênero, as quais teriam como função criar e reforçar os valores de gênero tratando-os como naturais: o

cinema, a música, os desenhos infantis, o marketing e as interações da vida cotidiana como brincadeiras e xingamentos serviriam, assim, como um âmbito de repetição de valores a serem seguidos. A associação entre feminilidade e delicadeza, submissão, domesticidade e cuidado, e da masculinidade associada à força, assertividade, liderança e liberdade, portanto, tem como função não a descrição de uma suposta natureza, mas de justificar o controle social (Butler, 1990/2023).

Para Pierre Bourdieu (1998/2012), a imposição da hierarquização sexual conforma-se a esquemas de percepção que integram um sistema de oposições que acentua diferenças e obscurece semelhanças, uma “forma de conhecer” que parece fundamentar-se em sua capacidade de converter a arbitrariedade das construções sociais em necessidades da natureza. Quem sabe por e para sua própria efetividade esse trabalho não se faz às escondidas; a divisão e consequente hierarquização sexual está presente nos símbolos do dia e dirige a aceitar como evidentes, naturais e lógicas, ordens e expectativas implícitas de subordinação das mulheres.

Quando os dominados aplicam aquilo que os domina esquecem que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de *conhecimento* são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão (Bourdieu 1998/2012, p. 22).

Sob essa visão, os sujeitos homens mantêm séries de comportamentos voltados à reafirmação compulsória de um ideal de virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social e disposição ao exercício da violência, que configura em si uma carga e uma vulnerabilidade (Bourdieu, 1998/2012). Ritos e provações são performados em nome desse ideal e por receio de perder o respeito do grupo, sobretudo de outros homens, como visitas coletivas a casas de prostituição, exposição da intimidade de companheiras como trofeus, recusa a medidas de cautela e exposição ao perigo com exhibições de força e bravura (Bourdieu, 1998/2012). A descrição de masculinidade hegemônica, definida por Connell e Messerschmidt (2013), elabora sobre padrões de práticas normativas que definem o que significa "ser homem", moldam a identidade masculina e acabam por perpetuar a dominação dos mesmos sobre as mulheres, mantendo, como consequências dessa masculinidade hegemônica, a maior prevalência de homens como autores e vítimas da violência (Martins et al., 2023; Cerqueira & Bueno, 2023; Palmeira et al., 2023; Schraiber et al., 2012).

Devido ao fato de o conceito de masculinidade hegemônica ser baseado na

prática que permite a continuidade da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres, não é surpreendente que em alguns contextos a masculinidade hegemônica realmente se refira ao engajamento dos homens a práticas tóxicas – incluindo a violência física – que estabilizam a dominação de gênero em um contexto particular (Connell & Messerschmidt, 2013, p. 255). As significações sobre ser homem podem se atrelar à participação de homens jovens ao “mundo do crime”, onde o comportamento violento tem seu fim na afirmação da masculinidade frente aos pares que, quando falha, pode dar espaço para rotulações e julgamentos depreciativos como “fraco”, “bicha”, “cagão”, entre outros (Júnior, 2021). Como também no ambiente penitenciário isso se evidencia, onde este ideal de virilidade e de autoafirmação da masculinidade pela força acaba por aproximar grupos que deveriam ser distintos: policiais e bandidos (Prado, 2023). Uma filiação e influência dessas noções hegemônicas de masculinidade já foi evidenciada, afetando concepções de saúde mental em grupos de homens autores de violência (Ribeiro & Macedo, 2025), tais como o da presente pesquisa.

2.2 DISCURSO DE ÓDIO

A liberdade de expressão é a força motriz da democracia e um direito humano fundamental, no entanto necessita também conviver com os demais direitos humanos como a dignidade, o respeito e a igualdade. O discurso de ódio é uma perturbação dessa harmonia. Uma definição consensual do discurso de ódio ainda é um debate em andamento tanto no campo acadêmico quanto jurídico. Como fenômeno social, o discurso de ódio alimenta desigualdades preexistentes e pode criar um ambiente propício para a ocorrência de crimes de ódio; como problema jurídico, é um conceito complexo e muitas vezes abstrato, pois busca regulamentar ações que, embora nem sempre representem uma ação direta de violência, carregam o potencial de incitar hostilidade e discriminação, o que o coloca no centro de um dilema entre a liberdade de expressão e a necessidade de garantir a segurança e a dignidade social.

Tal problema ocupou a atenção de pesquisadores e tem sido objeto frequente de debate em diversas áreas, o que felizmente fez evoluir a compreensão sobre o tema. O trabalho de Howard (2019) sumariza alguns dos pontos principais desta discussão, em primeiro, a ideia de que o discurso de ódio deveria ser protegido ou não regulado, pois seria suficiente considerar a responsabilidade e autonomia do falante de expressar-se livremente de acordo com o que lhe melhor representa mesmo quando arrisca ser desagradável ou ofensivo, e do ouvinte de avaliar criticamente no que acreditar e como

deverá ser sua conduta. A proteção da democracia também é uma preocupação proeminente nesta discussão, onde seria essencial para a própria legitimidade de uma democracia que seus cidadãos possam abraçar e discutir quaisquer ideias incluindo posições não igualitárias ou, quem sabe até mesmo, antidemocráticas, não cabendo ao Estado deliberar o que os seus cidadãos devem ou não acreditar ou expressar. Essas considerações, ainda que justificadamente preocupadas, falham em perceber alguns pontos importantes sobre o discurso de ódio. Em primeiro, as pessoas invariavelmente expressarão quem são já no próprio curso normal de suas rotinas, seja através de suas ações ou através de suas palavras e, para ambos os casos, essa expressão deve ser calculada considerando potenciais consequências e danos a outrém que pode acarretar. E também que, enquanto algumas manifestações de discurso de ódio de fato se propõem a incitar o comportamento violento ou discriminatório em outras pessoas, o discurso de ódio também pode tomar a forma de assédios e ataques diretos a alvos vulneráveis e, ainda, operar de maneiras veladas, como através de processos de sugestão, esquivando-se, assim, da consciência crítica de seus ouvintes. Já quanto à defesa do discurso de ódio em nome da liberdade de expressão e conseqüentemente da democracia, importa questionar se essas posições estariam consistentes com os princípios gerais que estes ideais defendem. Se a democracia deveria promover decisões justas ou validar a individualidade, igualdade e liberdade de seus cidadãos, então o discurso de ódio não poderia estar alinhado a esse objetivo geral, visto promover a disseminação de ideias xenofóbicas, racistas, lgbtfóbicas ou misóginas que podem em verdade gerar ações ou políticas flagrantemente injustas e discriminatórias (Howard, 2019).

Assim, uma perspectiva pela qual se pode abordar o fenômeno do discurso de ódio é a partir do dano que ele pode causar e sua relação com a desigualdade social; avaliando elementos como a autoridade ou capacidade de causar dano do enunciador, a vulnerabilidade do alvo como membro de um grupo marginalizado e a natureza da mensagem (Gelber, 2019). Esse dano do discurso de ódio refere-se, aqui, à incitação a atos de violência e segregação ou à disseminação de crenças degradatórias e persecutórias sobre um grupo de pessoas que legitimem a discriminação e justifiquem a violência. Ou, em outros termos, a criação das condições sociais nas quais outros tipos de dano, como a própria violência física, podem ocorrer. A assimetria entre enunciador e alvo é relevante e não necessita advir de hierarquias formais específicas, chefes, juízes, policiais, professores, etc., mas pode ser garantida pelo contexto social em que o

discurso é colocado. Tal garantia é o que habilita o enunciador do discurso de ódio a tornar a desigualdade estrutural de um contexto em sua conduta. Isso significa que grupos sistematicamente discriminados estão mais vulneráveis ao dano que o discurso de ódio pode causar, ou ainda que a desigualdade é que o viabiliza. Não sendo possível, portanto, afirmar por exemplo, sobre discurso de ódio contra pessoas brancas, visto que possíveis discursos, mesmo que insultuosos ou ofensivos, não representam ou reiteram uma discriminação social pré-existente e nem mesmo é necessária a presença do sentimento de ódio, ou o uso de linguagem violenta, agressiva ou ofensiva para determinar um discurso como de ódio, esta identificação advém da avaliação de seus resultados, das consequências materiais do discurso de ódio (Gelber, 2019).

Sobre a capacidade do discurso causar dano, o trabalho de Austin (2018) é esclarecedor: ao falarmos, fazemos coisas, a linguagem é ação. Ao analisar enunciados da vida cotidiana, como “Eu os declaro marido e mulher” de um padre ou cerimonialista em um casamento, ou “Batizo este navio com o nome de..” em uma cerimônia de primeiro lançamento às águas de uma embarcação, com a quebra de uma garrafa em seu casco, nota-se que em certas circunstâncias dizer algo é realizar um ato (Austin, 2018). O discurso de ódio assim, não é somente uma “fala” mas configura-se como um tipo de “conduta” pois, ao mesmo tempo em que proclama a inferioridade, a dominação ou o ódio a um dado alvo, também institucionaliza verbalmente uma relação de subordinação social com o tal alvo, podendo minar suas capacidades de trabalhar, estudar ou exercer seus direitos e liberdades fundamentais (Butler 1997/2021). A efetivação da dominação que o discurso de ódio proclama ocorre precisamente pela anuência social a tais discursos, quando ocorrem sem qualquer impedimento ou intervenção, e pelo fato de serem dirigidos a grupos minoritários, historicamente subordinados. É pelo fato de tais violências e subordinações já terem ocorrido anteriormente, de já conhecermos sua força, que o discurso de ódio pode ser entendido como ofensivo e perigoso. Ele funciona, assim, como uma ratificação, manutenção e ampliação dessa subordinação na atualidade, tornando-se um “ato de fala dotado do poder de fazer o que diz” (Butler, 1997/2021, p. 133).

Há uma variedade grande nas definições de discurso de ódio na literatura e, por isso, fica evidente a necessidade de encontrar uma conceitualização clara. Para esse problema Guillen Netto (2023) dá direção, considerando a noção de "semelhança de família" de Wittgenstein para elucidação do fenômeno. Esse conceito, apresentado pelo filósofo austríaco na obra *Investigações Filosóficas* (Wittgenstein, 2022), sugere que

certos fenômenos não possuem uma essência fixa e única, mas que podem manter manifestações diversas ao mesmo tempo que compartilham características comuns, criando uma rede de semelhanças sem que haja um critério absoluto que defina a totalidade de um conceito. Um exemplo é o conceito de "jogo", que pode englobar jogos de tabuleiro, de cartas, de bola ou esportivos, onde todos mantêm diferenças inconfundíveis com seu próximo ao mesmo tempo que sustentam também ao menos uma similaridade elementar com o grupo.

O termo discurso de ódio abrange uma vasta gama de práticas e discursos sociais nocivos. Tomemos, por exemplo, blogs islamofóbicos, queima de cruzes, epítetos raciais ou imagens desumanizantes de judeus. Se todas estas atividades sociais se enquadram no discurso de ódio, devem ter certos elementos ou características em comum (Guillen Netto, 2023. p.22).

Articulando sua argumentação em cima dos mais variados conceitos e aplicações de “discurso de ódio” da literatura e na legislação no mundo, a autora argumenta que os elementos que podem auxiliar a identificar o discurso de ódio portanto são: a) o direcionamento da ação a grupos minoritários; b) o conteúdo da mensagem expressada é o ódio; c) a intenção do discursante é de causar ou instigar dano; d) o discurso incita ações para além de si mesmo; e) manifesta-se publicamente; f) o contexto habilita respostas violentas, seja por manifestação de poder do discursante, receptividade da audiência ou histórico de violência no ambiente em que dito discurso se localiza; g) o discurso não se justifica de outras formas (Guillen-Nieto, 2023).

2.2.1 DISCURSO DE ÓDIO CONTRA A MULHER

Delimitando ao discurso de ódio contra a mulher, é necessário compreendê-lo através de sua relação histórica com a dominação social masculina e a inferiorização da mulher. Esses sentidos que, como vimos, não são produção individual mas uma repetição e reiteração de cadeias de sentido já pré-existent na cultura, ou, em memórias discursivas (Orlandi, 2015), e que naturalizam a olhos nus na rotina e na linguagem cotidiana (Bourdieu, 1998/2012; Butler, 1990/2023), nas redes sociais, nos meios de comunicação e até na cultura, relações de violência e dominação que mantêm visões essencialistas e biologizantes de gênero, e sustentam, por consequência, a violência contra a mulher. Esse problema circula no Brasil, em uma variedade de formas desde as músicas nas principais paradas musicais que podem conter conteúdo machista e apologia a comportamento violento contra a mulher (Valladão, 2024; Santos et al.,

2020), a nichos masculinistas da literatura de autoajuda que, utilizando de um pretensão intelectualismo e ideias ultrapassados de determinismo biológico, buscam naturalizar e disseminar uma visão misógina e falsa sobre as mulheres como irracionais, perigosas, interesseiras, manipuladoras etc. e o comportamento agressivo do homem como natural e justificado (Castellano & Miguel, 2023) ou, ainda, no humor, onde discursos misóginos que poderiam não ser aceitos de outro modo, encontram possibilidade de circulação sob o disfarce da piada (Regagnan & Sckell, 2025; Tejada & Vinhas, 2023).

As narrativas expressas e discutidas entre homens sobre masculinidade e suas dificuldades são transpassadas por uma série de crenças e expectativas sociais em constante movimento, como um processo social, os sentidos nas masculinidade são um espaço em constante debate de forças. Onde por um lado, trabalhos no campo social e da saúde desenvolvem abordagens críticas de gênero, por outro, posicionamentos ligados a noções conservadoras e reacionárias também se posicionam repudiando o avanço feminista, como em grupos “Incel”, “Red Pill”, “MGTOWs” ou outros (Silva, 2023). A internet é um ambiente bastante propício para a disseminação desse tipo de conteúdo; nela, grupos que defendem discursos machistas podem encontrar um campo fértil. Grupos como o “Red Pill” trazem a ideia de que o sexo masculino estaria em desvantagem e sendo desfavorecido por um sistema social feminizado, ou ainda, misandrico, onde o feminismo é apresentado como inimigo e as mulheres como manipuladoras e perigosas (Santos, 2025). O trabalho de Secco (2023), que aborda narrativas de masculinidade expressas por homens online, permite alguns insights. Nele, noções de masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013) como a capacidade de violência, a expressão de força e competitividade são vistos como representativos de uma masculinidade supostamente ideal ainda são presentes, e a falta destes atributos, ou um desacordo com esses ideais hegemônicos, entendidos como fraquezas, dilemas, fonte de autojulgamento ou até adoecimento mental (Secco, 2023). A visão desses homens sobre sua relação com as mulheres é o ponto que chama maior atenção, expressões de desvalia, de dominação, de inferioridade da mulher, falta de compreensão ou empatia com a experiência feminina e ressentimento sobre as mudanças nas dinâmicas de relação de gênero aparecem com frequência. Com influência de movimentos masculinistas misóginos, essas visões impulsionam um afastamento e desinteresse entre os gêneros, onde os homens podem manter um comportamento de desconfiança, evitação ou violência nas relações com as mulheres (Secco, 2023).

O ato de nomear marca uma relação de alteridade entre o eu e o outro, as palavras selecionadas para esta nomeação tratam de uma variedade de interações, representações, categorizações e sentidos que são demonstrativas de um posicionamento que é ajustado a cada enunciação. O trabalho de Barbosa et al., (2020) auxilia a compreender o funcionamento desses discursos e sua relação com a atuação da violência contra a mulher, ao analisar uma carta deixada por um autor de feminicídio no ano de 2017 e divulgada pela mídia, onde o autor premedita o crime e busca justificá-lo, em especial para seu filho, também vítima do crime. As enunciações de ódio contra a mulher contidas na carta: “vadias”, “loucas”, “feministas”, “ardilosa”, são recuperadas da memória (Orlandi, 2015) machista e ratificadas. O conteúdo odioso da carta não se resume somente a relação pessoal do autor com a vítima, mas direciona-se também ao gênero feminino, ao movimento feminista e a Lei Maria da Penha, aos quais a vítima seria uma suposta representante (Barbosa et al., 2020). Noções de masculinidade hegemônica (Connell & Messerschmidt, 2013) também se fazem presentes entre reclamações sobre supostas injustiças sofridas, ou em argumentações de autodefesa, afirmando não ser machista ou ter ódio de mulheres, pintando o autor de violência como um tipo de mártir (Barbosa et al., 2020). Correlato desse mesmo problema e com igualmente concretas consequências, o apoio do público à violência policial, com seu já reconhecido jargão “bandido bom é bandido morto”, é também um problema significativo da mesma natureza. E esse é um exemplo de semelhança curioso e pertinente à argumentação almejada neste texto, pois, como demonstrado por Natal (2020), este apoio à violência policial, assim como no discurso de ódio contra a mulher, pode justificar e garantir a manutenção de comportamentos de violência, e tem relação com fatores emocionais e especialmente ideológicos. De fato, com facilidade, pode-se sentir como semelhantes enunciações como “bandido bom é bandido morto” e “ela pedia para apanhar”, onde ambos os casos articulam uma naturalização e instrumentalização da violência como correção.

Enquanto este trabalho tem foco no contexto específico da violência contra a mulher, entende-se, também, que tal problema tem ligação a outros fenômenos semelhantes, como a violência e o discurso violento racista, lgbtfóbico ou xenofóbicos que pedem também por mais propostas de intervenção pelo campo da saúde. Essas correlações, em contextos diferentes e relacionando sujeitos diferentes, reforçam a importância do problema e incentivam mais reflexões ao campo da Psicologia, abrindo

espaço para a expansão de uma Psicologia socialmente crítica e posicionada, em acordância com os princípios de justiça e equidade.

2.2.2 DISCURSO DE ÓDIO COMO PROBLEMA JURÍDICO NO BRASIL

O Brasil é signatário de três tratados internacionais promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) que dizem respeito ao combate à discriminação e ao ódio: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto Nº 65.810, de 8 de Dezembro de 1969.) e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Decreto Nº 4.377, de 13 de Setembro de 2002). A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) logo em seu artigo 2 posiciona:

Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania (ONU, 1948. p. 2).

Vale ressaltar a motivação histórica para o desenvolvimento desse documento, bem como o da criação da própria Organização das Nações Unidas, ambas vindas como resposta aos crimes ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial e a perseguição antisemita ou, como resposta ao ódio. Já a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto Nº 65.810, de 8 de Dezembro de 1969.) afirma o comprometimento de seus signatários no combate a propagação de ideias ou teorias de superioridade racial ou étnica que busquem justificar ou encorajar o ódio e a discriminação racial, orientando-os:

a) a declarar delitos puníveis por lei, qualquer difusão de idéias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos, dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento; (Decreto Nº 65.810, de 8 de Dezembro de 1969.)

Semelhantemente, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Decreto N° 4.377, de 13 de Setembro de 2002.) afirma que os estados-parte deverão agir para:

a) Modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação dos preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres (Decreto N° 4.377, de 13 de Setembro de 2002.).

No Brasil, o discurso de ódio pode ser enquadrado em diferentes legislações, como a Lei do Racismo (Lei N° 7.716/1989), que criminaliza manifestações de ódio baseadas em raça, etnia, religião ou procedência nacional. O Art. 20 de mesma lei define como crime praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito a este grupo minoritário. Assim como também o próprio Código Penal Brasileiro (Senado Federal, 2023) também já estabelece proibições para incitação à violência e discriminação. Nota-se, no entanto, a falta da menção, nesses textos, a sexo ou gênero, importante ao escopo da presente pesquisa. Mesmo a Lei Maria da Penha, específica ao combate da violência contra a mulher, ainda que tipifique a violência moral e psicológica como crime, não menciona o discurso de ódio contra a mulher (Lei N° 11.340, 2006). Alguns movimentos vêm sendo feitos em busca de corrigir essa falta. A anteriormente mencionada Lei 13.642/2018, conhecida também pelo nome da mulher que a motivou, a Lei Lola, atribui à Polícia Federal a investigação de crimes que difundam conteúdos misóginos, a propagação do ódio e a aversão às mulheres, no entanto, especificamente no âmbito da internet (Lei N° 13.642, 2018). O Projeto de Lei 7.582/2014 da deputada Maria do Rosário (PT-RS) define com maior clareza os crimes de ódio e intolerância e os sujeitos aos quais se refere, adicionando agora a orientação sexual, identidade e expressão de gênero (Projeto de Lei N° 7582/2014) e, mais recente, o Projeto de Lei 890/2023 da deputada Silvye Alves (UNIÃO-GO) que trata, este sim, mais diretamente aos crimes de misoginia e disseminação do ódio contra mulheres (Projeto de Lei N° 890/2023). Ambos os projetos encontram-se ainda não sancionados e seguem na Câmara dos Deputados, o que reforça novamente como tratar do problema é ainda uma novidade na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS DA REVISÃO DA LITERATURA

- Althusser, L. (2025). *Aparelhos Ideológicos de Estado* (19th ed.). Paz & Terra.
- Austin, J. L. (2018). *How To Do Things With Words*. Martino Fine Books. (Original work published 1962)
- Barbosa, Â. A. de A., Silva, R., & da Silva, D. L. G. (2020). O Ato de Nomear no Discurso de Ódio Contra a Mulher . *PERcursos Linguísticos*, 10(25), 247–258. <https://doi.org/10.47456/pl.v10i25.30687>
- Bourdieu, P. (2012). *A dominação Masculina* (11th ed.). Bertrand Brasil. (Original work published 1998)
- Decreto nº 65.810, DE 8 de Dezembro de 1969., (1969). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d65810.html. Promulga a Convenção Internacional sôbre a Eliminação de tôdas as Formas de Discriminação Racial.
- Decreto Nº 4.377, de 13 de Setembro de 2002, (2002). Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979.
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: Uma política do performativo* (pp. 1–282). Editora Unesp. (Original publicado em 1997)
- Butler, J. (2022). *A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição* (1st ed., Vol. 6). Autêntica. (Original publicado em 1997)
- Butler, J. (2023). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (24th ed.). Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990)
- Castellano, M., & Miguel, V. M. (2023). “O sofrimento amoroso do homem”: misoginia e discurso de ódio na literatura masculinista de autoajuda. *RuMoRes*, 17(34), 116–135. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2023.214389>
- Cerqueira, D., & Bueno, S. (2023). Atlas da Violência 2023. In <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. IPEA.

- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>
- Freud, S. (2011). O Eu e o Isso. In *O Eu e o Isso, “Autobiografia” e Outros Textos (1923-1925)*. Companhia das Letras.
- Gelber, K. (2019). Differentiating hate speech: a systemic discrimination approach. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, 24(4), 1–22. <https://doi.org/10.1080/13698230.2019.1576006>
- Guillén-Nieto, V. (2023). *Hate Speech: Linguistic Perspectives*. De Gruyter Mouton. <https://doi.org/10.1515/9783110672619>
- Howard, J. W. (2019). Free Speech and Hate Speech. *Annual Review of Political Science*, 22(1), 93–109. <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051517-012343>
- Júnior, O. A. B. (2021). *O envolvimento de adolescentes com o “mundo do crime” e o processo de construção social das masculinidades* (pp. 1–179) [Dissertação]. <http://hdl.handle.net/10183/238337>
- Lei Nº 7.716, (1989). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm
- Lei Nº 11.340, (2006). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
- Lei Nº 13.642, (2018). https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13642.htm
- Martins, M. V. T., Brito, V. P. de, Carrijo, A. M. M., & Oliveira, S. V. de . (2023). Epidemiological and Conjunctural Characterization of Violence in Brazil from 2011 to 2020. *Población Y Salud En Mesoamérica*, 21(1), 1–20. <https://doi.org/10.15517/psm.v21i1.52900>
- Natal, A. L. (2020). *Expectativas autoritárias: apoio ao uso da força excessiva pela polícia* [Tese]. <https://doi.org/10.11606/T.8.2020.tde-03082020-143936>
- Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- Orlandi, E. (2015). *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos* (12th ed.). Pontes.

- Palmeira, C. S., Bahia, C. L. G., Guerra, L. L. Q., & Campos, G. A. M. (2023). Óbitos Masculinos por Agressão no Brasil de 2011 a 2020. *REVISA- Revista de Divulgação*, 12(4). <https://rdcsa.emnuvens.com.br/revista/article/view/124>
- Pêcheux, M. (1995). *Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Editora Unicamp. (Original publicado em 1975)
- Prado, V. R. do . (2023). *Masculinidades no cárcere ou o cárcere das masculinidades* [Dissertação]. <http://hdl.handle.net/1843/61961>
- Projeto de Lei N° 890/2023, (2023). <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2350163>
- Projeto de Lei N° 7582/2014, (2014). <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=616270>
- Regagnan, I. R., & Sckell, J. D. (2025). “É pra rir?”: o uso dos memes na machosfera brasileira para sustentar ideologias misóginas. *INTERthesis, Revista Internacional Interdisciplinar*, 22, 1–22. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2025.e107177>
- Ribeiro, E. B., & Macedo, R. G. M. (2025). “Larga a mão de frescura! Vai encher a cara!”: masculinidades de homens autores de violência e saúde mental. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 29(1). <https://doi.org/10.1590/interface.250081>
- Santos, F. K. L. dos, Pessoa, B. G. F., Silva, R. A. da, Silva, L. D., Araújo, N. J. carvalho, Monte, L. M. I. do, & Nascimento, E. F. do. (2020). Cultura do estupro: o machismo manifesto nas paradas musicais. *Research, Society and Development*, 9(7), e370974097. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4097>
- Santos, P. H. S. dos. (2025). Red Pill e a violência contra as mulheres. *Revista Contemporânea*, 5(6), 1–13. <https://doi.org/10.56083/RCV5N6-058>
- Schraiber, L. B., Barros, C. R. dos S., Couto, M. T., Figueiredo, W. S., & Albuquerque, F. P. de. (2012). Homens, Masculinidade e Violência: Estudo em Serviços de Atenção Primária à Saúde. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 15(4), 790–803. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400011>

- Secco, J. M. F. (2023). *Expressões Narrativas e Significados Atribuídos às Masculinidades em Postagens na Rede Social Reddit* [Mestrado]. <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/39481>
- Senado Federal. (2023). Código Penal (6th ed.). Coordenação de Edições Técnicas.
- Silva, B. C. de S. L. e . (2023). *MASCULINISMO: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil* (pp. 1–242) [Tese].
- Tejada, B. V., & Vinhas, L. I. (2023). Ligações perigosas, Uma análise discursiva sobre o humor na reprodução da violência contra a mulher. *Letras de Hoje*, 58(1). <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2023.1.43527>
- Valladão, V. F. (2024). *O discurso misógino e machista em letras de músicas sertanejas* (pp. 1–101) [Dissertação]. <http://hdl.handle.net/1843/70407>
- Wittgenstein, L. (2022). *Investigações Filosóficas*. Fósforo.
- Zanello, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação* (1st ed.). Appris.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a presença do discurso de ódio em homens autores de violência participantes do Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV-online), (Apêndice A), e as possíveis mudanças nesses discursos ao longo das intervenções psicoeducativas reflexivas do GPHAV.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar a existência de discursos de ódio contra a mulher em participantes do grupo GPHAV-online.
2. Compreender os fatores que sustentam os discursos de ódio contra a mulher em participantes do grupo GPHAV-online.
3. Analisar possíveis mudanças no discurso de ódio dos participantes ao longo da intervenção GPHAV-online.

4 QUESTÕES NORTEADORAS

1. Os homens autores de violência contra a mulher participantes do grupo GPHAV manifestam discursos de ódio?
2. Uma vez verificada a presença de discursos de ódio contra a mulher nos participantes do grupo GPHAV-online, quais são os temas mais recorrentes desses discursos?
3. Os encontros psicoeducativos-reflexivos previstos no protocolo do GPHAV-online têm impacto nos discursos de ódio dos homens autores de violência contra a mulher? Se sim, como?
4. Existem diferenças entre os discursos de ódio no início do GPHAV-online, comparativamente com os encontros ao final do GPHAV-online?
5. É possível tipificar os discursos de ódio a partir de uma, ou mais, formações discursivas?

5 ARTIGO

Discurso de Ódio em Homens Autores de Violência contra a Mulher e Perspectivas de Mudança

A ser submetido ao periódico Boletim de Conjuntura (BOCA)

A Revista possui Qualis: A1, na avaliação do quadriênio 2017-2020 em Psicologia, Linguística e Literatura, Saúde Coletiva e outros.

Resumo: Esta pesquisa visou investigar a presença de discurso de ódio em homens acusados de violência contra a mulher, autuados pela Lei Maria da Penha, e participantes do Grupo Reflexivo de Gênero intitulado Grupo Psicoeducativo para Homens Acusados de Violência (GPHAV-online), e as possíveis mudanças nesses discursos ao longo das intervenções psicoeducativas reflexivas. Trata-se de uma análise qualitativa de caráter longitudinal e documental cujo corpus de pesquisa foi composto de gravações e transcrições dos encontros de três edições completas do protocolo GPHAV-online, ocorridas nos anos de 2022 e 2024. O corpus foi agrupado e dividido em dois estágios: os 06 encontros iniciais (estado inicial) e os 03 encontros finais (efeitos da intervenção). A abordagem da Análise de Discurso francesa de Michel Pêcheux foi utilizada para compreender as filiações e deslocamentos de discursos considerados como de ódio. Como resultados, pôde ser observada uma Formação Discursiva Machista Estruturante dominante, composta da confluência entre três aspectos interdependentes 1) crenças de gênero biologizantes e restritivas; 2) reacionarismo frente às conquistas feministas ou, antifeminismo e 3) uma defesa e instrumentalização da violência como mecanismo legítimo de resolução de conflitos. As produções desta FD Machista Estruturante correspondem a expressões de discurso de ódio contra a mulher. Ao longo da aplicação do protocolo, observaram-se também, deslocamentos discursivos, que assinalam desidentificações à FD nos sujeitos, como em sinais de questionamento e atenuação parcial dos enunciados de ódio, em especial no aspecto de defesa e instrumentalização da violência, podendo já não naturalizá-la integralmente, e desenvolver novas estratégias de resolução de conflitos. Entende-se que Grupos Reflexivos de Gênero favorecem espaços de problematização de crenças naturalizadas e legitimadoras da violência, e, como intervenção educativa e preventiva do combate à violência contra a mulher, representam uma ferramenta relevante de política pública.

Palavras-chave: Discurso de ódio; Violência Doméstica; Masculinidade; Análise de Discurso; Violência;

Introdução

Neste artigo, o arcabouço teórico da Análise de Discurso francesa (AD) (Orlandi, 2015; Pêcheux, 1995) é mobilizado na observação do discurso de ódio em homens acusados de violência contra a mulher pela Lei Maria da Penha (Lei N° 11.340, 2006), que participam, como cumprimento medida protetiva, de um grupo para homens autores de violência contra a mulher, os grupos reflexivos de gênero. O discurso de ódio é entendido como ofensivo e perigoso pois funciona como uma ratificação, manutenção e ampliação de relações de dominação e desigualdade já pré-existentes, tornando-se um

“ato de fala dotado do poder de fazer o que diz” (Butler, 2021, p.133). Nesse sentido, compreender a historicidade que sustenta tais discursos torna-se fundamental, uma vez que é nesse contexto que se produzem e se legitimam suas formas de poder. Em sociedades influenciadas pelo patriarcalismo, como o Brasil, o enaltecimento de valores associados à virilidade e ao “masculino”, e o rechaço a valores associados ao “feminino” constituem um sistema de opressão da mulher que mina as possibilidades de construção de relações equânimes entre os gêneros, e pode ser entendido como machismo estrutural (Hintze, 2021). A construção histórica desses posicionamentos é apagada pela ideologia e intencionalmente apresentada como dados da “natureza” ou de uma suposta “essência” das pessoas ou das relações sociais (Orlandi, 2015), perdendo, deste modo, também, a possibilidade de crítica. A irreflexão e aceitação cega de discursos que defendem, com bases falsas ou pseudocientíficas, a superioridade de um grupo humano a outro pode acabar por promover e justificar ações violentas e discriminatórias (Hintze, 2021). Esse mesmo problema foi tema da produção de Hannah Arendt (2014) sobre o que chamou de banalidade do mal, referindo a possibilidade de naturalização de comportamentos de discriminação e violência pela falta de reflexão e pensamento crítico. Concepções patriarcais das relações de gênero delimitam um espaço restrito para a mulher na sociedade, um espaço de submissão e desvalorização onde a ocorrência da violência contra a mulher é justificada e naturalizada (Silva; Santana, 2021). O problema então, não se trata apenas de ações individualizadas, mas sim manifestações de uma ideologia machista estruturante que se concretiza na vitimização da mulher e em discursos que naturalizam e legitimam a dominação masculina. Uma ideologia estruturante patriarcal que torna a violência contra a mulher “óbvia” ou aceitável (Hintze, 2021).

No contexto da AD, a ideologia é compreendida não como um conjunto de crenças somente, mas uma dimensão ineliminável da existência humana e que é condição para a constituição dos sentidos e dos sujeitos. Trata-se de uma prática estruturante da relação do sujeito com a sua língua e história, um sistema de sentidos que operam no inconsciente e que tem a função de naturalizar o que é construído historicamente, e manter assim relações históricas de poder e dominação. A ideologia se materializa por meio das Formações Discursivas (FD), delimitações do que pode e deve ser dito por determinados sujeitos, tornando os sentidos sempre delimitados ideologicamente (Orlandi, 2015). Assim, o efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito por meio da interpelação. Interpelação, sujeição ou assujeitamento refere-se ao processo pelo qual um indivíduo torna-se sujeito, e que implica no apego e subordinação a um poder formador. Trata do fenômeno psicológico de internalização do poder, como as normas sociais, na constituição do que o sujeito percebe como sua “identidade” (Butler, 2022). A noção de sujeito refere-se a um lugar determinado na estrutura social ao qual ocupam os indivíduos para adquirir inteligibilidade social e poderem, a partir dessa posição, relacionarem-se com o mundo. Ao afirmar-se, por exemplo, como “um bom pai”, “trabalhador” ou “um homem de verdade”, o enunciante fala a partir de sentidos e posições sociais pré-existentes, que carregam consigo expectativas de conduta, valores, hierarquias e normas morais historicamente produzidas. A esta identificação do indivíduo com um “sujeito universal” de uma FD, que reúne e legitima os saberes dessa FD, Pêcheux (1995) dá o nome de Forma-Sujeito. Ao caso em questão, interpelados por uma ideologia machista estrutural, um sujeito-homem-agressor surge como foco de observação.

Judith Butler (2021) aponta que o discurso de ódio não se trata somente de uma “fala”, mas configura-se como um tipo de “conduta”, pois, ao mesmo tempo em que proclama a inferioridade, a dominação ou o ódio a um dado alvo, também,

institucionaliza verbalmente uma relação de subordinação social com esse, podendo minar suas capacidades de trabalhar, estudar ou exercer seus direitos e liberdades fundamentais. Segue-se neste artigo, também, a definição de Guillen-Nieto (2023) de discurso de ódio, na qual a autora argumenta que os elementos que podem auxiliar a identificar o discurso de ódio são: a) o direcionamento da ação a grupos minoritários; b) o conteúdo da mensagem expressada é o ódio; c) a intenção do discursante é de causar ou instigar dano; d) o discurso incita ações para além de si mesmo; e) manifesta-se publicamente; f) o contexto habilita respostas violentas, seja por manifestação de poder do discursante, receptividade da audiência ou histórico de violência no ambiente em que dito discurso se localiza; g) o discurso não se justifica de outras formas.

No Brasil, visando incluir os homens nos dispositivos de combate e prevenção à violência contra a mulher, não somente em caráter exclusivamente punitivo, surgem os grupos reflexivos de gênero, como medida voltada para a diminuição de casos de reincidência através de práticas psicoeducativas reflexivas, voltadas à produção de deslocamentos de sentido, convocando o sujeito a implicar-se e responsabilizar-se pelo ato cometido (Gutmann et al., 2025; Vieira et al., 2024; Beiras et al., 2019). A considerar que os discursos podem não apenas ser meios de disseminação de posicionamentos específicos, mas também espaços de construção, contestação ou reificação, os grupos reflexivos de gênero configuram-se como um espaço de tensionamento dos discursos de violência. Os grupos reflexivos de gênero, ao convocarem a auto implicação e responsabilização, pela psicoeducação e reflexão, podem agir como um dispositivo de desnaturalização de discursos de ódio que podem ocasionar a violência, rompendo com a estabilidade da identificação dos sujeitos com estes posicionamentos (Pêcheux, 1995).

Em abril de 2024 foi realizada consulta nas bases de dados Scielo e Google Scholar por trabalhos nacionais e internacionais referentes ao mesmo tema deste estudo, qual seja, o discurso de ódio em homens acusados de violência por parceiro íntimo, produzidos nos últimos cinco (5) anos, de 2019 a 2024, utilizando as palavras-chave: “Discurso de ódio” e “Violência por parceiro íntimo”, “Hate speech” e “Intimate Partner Violence”. Das produções brasileiras, descobriu-se uma série de pesquisas que mantém-se neste campo com enfoques diversos, na relação dos discursos de ódio com a masculinidade (Secco, 2023; Castellano; Miguel 2023), do mesmo quando ocorrendo no espaço da internet (Ribeiro, 2023; Elias, 2023) e em preocupações e provocações do campo do direito (Oliveira; Silva, 2021; Giacoia; Santos, 2020; Júnior et al., 2020). Mas poucos foram os estudos que trabalharam esses discursos em homens acusados de violência contra parceira íntima, sendo eles no campo da linguagem (Barbosa et al. 2020) e da educação (Júnior; Portal, 2023). As pesquisas internacionais em língua inglesa, neste campo, demonstram um panorama semelhante. Uma grande parcela dessas pesquisas internacionais foca-se especificamente no ambiente online e coloca o discurso de ódio como um tipo de violência (Løkkeberg et al., 2023; Bansal et al., 2023). Esta supervalorização do ambiente online nas pesquisas, como se separado do “mundo real”, também já vem sendo notada e tem recebido sinais de atenção (Tamarit-Sumalla et al., 2022). A falta da terminologia “discurso de ódio” em algumas pesquisas não significa, no entanto, que a relação entre ideologias/discursos e a violência praticada não sejam estudadas, pois autores podem preferir utilizar diretamente misoginia ou sexismo (Martínez-Bacaicoa et al., 2024; Muratore et al., 2023). Seguindo padrão anterior, trabalhos focados diretamente nos discursos de homens existem (Bellini et al., 2021), mas são ainda incomuns.

De acordo com Orlandi (2015), a AD busca uma compreensão mais ampla de discurso, diferentemente de abordagens que estudam o texto a partir de um significado

estável, como na pergunta “o que este texto quer dizer?”, a AD tem outro foco, questionando “como o texto significa?”, ou seja, os processos pelos quais são produzidos sentidos. Este trabalho é realizado por meio de uma intersecção teórica entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise, avaliando as condições de produção de um discurso, que vão desde seu contexto imediato ao contexto sócio-histórico, ideológico em que se colocam. Neste sentido, a Análise de Discurso não ignora a face política dos discursos, revelando as formas como a linguagem pode ser utilizada para reproduzir ou contestar estruturas de poder, trazendo dos processos de constituição sócio-histórica e ideológica dos sujeitos. A Análise de Discurso é uma prática de análise qualitativa que vê o discurso como efeito da história, condizente, portanto, com o objeto de pesquisa em questão ao oferecer um olhar crítico sobre a linguagem e suas implicações sociais e políticas (Orlandi, 2015).

A evolução do conhecimento sobre as relações entre fenômenos discursivos, linguagem e violência proporciona uma base teórica mais robusta para futuras investigações e contribuições de demais profissionais e pesquisadores destas áreas. A aproximação e compreensão dos fenômenos discursivos em homens autores de violência oferece insights úteis para o desenvolvimento de intervenções clínicas, reflexivas e psicoeducativas a esta população, bem como fomentam a criação de estratégias de prevenção à violência contra a mulher. Partindo disso, este artigo objetiva investigar a presença do discurso de ódio em homens autores de violência participantes do Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV-online), (Goulart, 2022), e as possíveis mudanças nesses discursos ao longo das intervenções psicoeducativas reflexivas do GPHAV.

Método

Delineamento

Trata-se de uma análise qualitativa de caráter longitudinal e documental.

Arquivo

O arquivo é composto de gravações e transcrições referentes aos 09 encontros de 3 edições do Protocolo de Intervenção Psicoeducativa em Grupo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher, GPHAV (Goulart, 2022), realizadas nos anos de 2022 e 2024. Totalizando 47h14min de gravações em 27 documentos de vídeo e suas transcrições em 27 documentos de texto.

Procedimentos da Coleta de Dados

Os dados utilizados neste estudo são provenientes do projeto de pesquisa “Protocolo de Intervenção Psicoeducativa em Grupo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher”, o GPHAV, realizado pela equipe de pesquisa Família e Contextos da Universidade Federal de Ciências da Saúde (UFCSA), em parceria com o Fórum Central de Porto Alegre. Desta articulação institucional, homens autuados pela Lei Maria da Penha são encaminhados ao grupo de pesquisa e convidados à participação em uma intervenção em grupo online através do Protocolo GPHAV. Os critérios de inclusão para a participação nos grupos analisados foram: possuir acesso à internet e a um dispositivo que permitisse participação ao grupo no formato online; ter acesso ao WhatsApp; e ter suas funções mentais preservadas (como cognição, atenção e linguagem, as quais foram avaliadas por meio da entrevista inicial por profissional capacitado). Os critérios de exclusão foram: ser analfabeto; e a acusação de violência ter ocorrido em outro contexto que não um relacionamento íntimo. Os encontros do grupo

são facilitados por uma dupla, geralmente um homem e uma mulher, de psicólogos capacitados e integrantes da equipe de pesquisa, sob supervisão docente. Todos os encontros são registrados em documento de vídeo e, posteriormente, transcritos palavra a palavra em documento de texto por uma equipe dedicada do grupo de pesquisa, gerando as gravações e transcrições utilizadas. Para garantir o sigilo e a confidencialidade, os dados coletados durante a aplicação dos grupos e utilizados nesta pesquisa são armazenados de maneira segura, com acesso restrito ao grupo de pesquisa.

Procedimentos da Análise de Dados

A Análise do Discurso, segundo Orlandi (2015), operacionaliza a sua investigação a partir de um dispositivo teórico-metodológico de interpretação próprio, que engloba a noção de discurso, de formação discursiva, memória e interdiscurso, que tem como fim expor a materialidade do processo de significação e da constituição do sujeito. Não devendo ser confundido com “fala” ou como “texto escrito”, o discurso aqui é entendido como efeito de sentido entre locutores. De outro modo:

O objeto a propósito do qual a análise do discurso produz seu resultado não é um objeto linguístico mas um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém como pressuposto: os processos discursivos são a fonte dos efeitos de sentidos e a língua é o lugar material em que esses efeitos se realizam (Orlandi, 1998, p.17).

Dessa forma, a língua e a fala encontram-se como forma material do discurso e não o discurso em si, pois as palavras não trazem já consigo um sentido próprio ou único; para que possam fazer sentido é ainda necessária sua relação com o ambiente social. A noção de formação discursiva, por sua vez, é o que permite compreender o processo de produção de sentidos e que torna possível estabelecer regularidades analisáveis no funcionamento do discurso. Estas Formações Discursivas vêm aliadas à memória e interdiscurso, que referem a “aquilo que fala antes” (Orlandi, 2015, p.29), o já-dito, sentidos já vigentes socialmente e que são convocados no momento de cada enunciação por relações de metáfora ou sinonímia, fazendo a demonstração da história no discurso e desvelando sua materialidade.

Para ainda além, cada material de análise e cada questão de pesquisa exige que se mobilizem conceitos específicos para a sua melhor apreensão. Orlandi (2015) destaca, então, do dispositivo teórico de interpretação da AD, como exposto anteriormente, um dispositivo analítico construído a cada pesquisa individual. Ao exemplo deste trabalho, o dispositivo analítico construído para compreender o discurso de ódio contra a mulher e a violência de gênero, mobiliza conhecimentos do campo dos estudos de gênero, da psicanálise, da filosofia e do campo jurídico.

A análise se inicia através de uma escuta das gravações e leitura dos textos de transcrição referentes, a fim de identificar trechos concernentes ao objeto de pesquisa: o discurso de ódio, guiado pelo referencial teórico mobilizado como dispositivo analítico (Butler, 2021; Guillén-Nieto, 2023). Parte-se à avaliação e organização do corpus de pesquisa em busca de “marcas” no discurso que evidenciem as formações discursivas e ideológicas a qual tal texto se filia, uma certa garimpagem. Para este recorte do corpus, Ernst-Pereira (2009) propõe três categorias analíticas pertinentes: a falta, o excesso e o estranhamento. A falta trata da omissão de termos ou referências esperados em um enunciado; o excesso refere-se à repetição ou reiteração significativa de certos elementos; o estranhamento por sua vez trata das evidências de tensões entre formações discursivas distintas através de elementos destoantes em um mesmo enunciado. A análise que segue busca compreender as Formações Discursivas (FD) em ação nos enunciados destacados, apontando-lhes as marcas que demonstram tais filiações

acessando a materialidade do discurso presente (Fernandes; Vinhas, 2019; Orlandi, 2015). Desse jeito, foram recortados os enunciados que se adequassem, ainda que com restrições, à conceituação utilizada de discurso de ódio, aqui relembra: a) o direcionamento da ação é a grupos minoritários; b) o conteúdo da mensagem expressada é o ódio; c) a intenção do discursante é de causar ou instigar dano; d) o discurso incita ações para além de si mesmo; e) manifesta-se publicamente; f) o contexto habilita respostas violentas, seja por manifestação de poder do discursante, receptividade da audiência ou histórico de violência no ambiente em que dito discurso se localiza; g) o discurso não se justifica de outras formas (Guillen-Nieto, 2023). O contexto do grupo GPHAV-online tem como efeito que, o critério “e” (manifesta-se publicamente) não é aplicável, e o critério “c” (a intenção do discursante é de causar ou instigar dano) deve levar em consideração a dinâmica específica e controlada deste ambiente e os comportamentos de agradabilidade social que podem ser esperados, como uma tendência a ser cooperativo e amigável ou a não responder livremente mas buscando aprovação. Esses fatos podem acabar por diluir esses discursos em formas mais brandas e ambíguas de comentários depreciativos, machistas ou persecutórios e conspiracionistas, que não mobilizam incitação imediata à violência, e operam em um vocabulário socialmente aceitável mas que ainda atuam como sustentação à formas mais violentas de ação.

Para considerar o segundo objetivo desta pesquisa, analisar as possíveis mudanças no discurso de ódio dos participantes ao longo da intervenção GPHAV-online (Goulart, 2022), a totalidade dos encontros das 03 edições avaliadas foram agrupados e divididos em dois tempos. Com base nos 09 encontros do Protocolo GPHAV-online, foram separados o Primeiro Estágio, composto dos 06 primeiros encontros em uma representação de um estado inicial dos grupos, e o Segundo Estágio composto dos últimos 04 encontros, representando um espaço de avaliação dos possíveis efeitos iniciais da abordagem psicoeducativa-reflexiva. Mas para esse segundo objetivo, não é suficiente somente identificar e descrever as possíveis Formações Discursivas presentes no corpus analisado, mas também considerar seus deslizamentos.

Pêcheux (1995) aponta três modalidades de posicionamento do sujeito em relação às Formações Discursivas (FD): a identificação, ou o “bom sujeito” na qual o sujeito corresponde e reproduz os saberes de uma dada FD sem questionamento; a contra-identificação, ou o “mau sujeito”, onde o sujeito pode se voltar contra os saberes da FD, em reinterpretações dos sentidos de uma FD; e a desidentificação, onde há um distanciamento dos saberes de uma FD e aproximação a uma outra FD podendo ou não romper integralmente com a primeira. Contestando assim o círculo da repetição ideológica, é possível ir se despedindo de discursos de dominação, podendo ser por exemplo:

[...] “não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litâneas ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...” (Pêcheux, 2012, p.17)

Os fragmentos discursivos recortados deste modo para a análise serão apresentados nos resultados como “Enunciados”, e os nomes dos participantes são omitidos para a preservação do sigilo.

Aspectos Éticos

O projeto de pesquisa “Protocolo de Intervenção Psicoeducativa em Grupo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher” foi primeiramente aprovado pelo 1º Juizado da Vara de Violência Doméstica e Familiar de Porto Alegre, do Tribunal de

Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). A seguir, em concordância com a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA (CAAE 35431220.8.0000.5345).

Resultados e Discussão

A reprodução da violência de gênero pode ser confrontada através da investigação e intervenção sobre as Formações Discursivas que lhe garantam inteligibilidade; assim, a violência não escapa ao ritual da interpelação ideológica. Partindo das análises dos enunciados ao longo dos encontros das 03 edições do GPAHV-online, foram identificadas, nos fragmentos discursivos recortados, filiações ao que propõe-se nomear como uma Formação Discursiva (FD) Machista Estruturante. Esta FD vê-se relacionada à disseminação de ódio contra a mulher através de sua composição de confluência entre três aspectos importantes nos discursos estudados: 1) crenças de gênero biologizantes e restritivas, que servem como fundamentação e justificativa para manutenção da relação de diferença entre os gêneros e subordinação da mulher; 2) reacionarismo frente às conquistas feministas, ou um antifeminismo propriamente dito, como resposta e resistência às tentativas de mudança social em direção à equidade; e 3) uma defesa e instrumentalização da violência como mecanismo legítimo e prático de resolução de conflitos, que reafirma a coerção e discriminação. Desse modo, a FD Machista Estruturante articula-se como mecanismo ideológico que sustenta o discurso de ódio contra a mulher na busca de legitimar sua subordinação (Butler, 2021). Um funcionamento discursivo em que o sujeito-homem-agressor se reconhece como portador de autoridade sobre o corpo e o comportamento da mulher. Esses três aspectos interdependentes, que sustentam e garantem inteligibilidade à FD, podem ser melhor explicados através da imagem de um enlace borromeano, figura comumente utilizada em representações conceituais na psicanálise e no contexto da AD. Este enlace ou nó, consiste de três anéis interligados de forma que a remoção de qualquer um desses anéis desata simultaneamente todos os três, tendo todos então, igual importância na manutenção do conjunto. A interdependência desses três elementos garante a sustentação e inteligibilidade da Formação Discursiva Machista Estruturante (Figura 1).

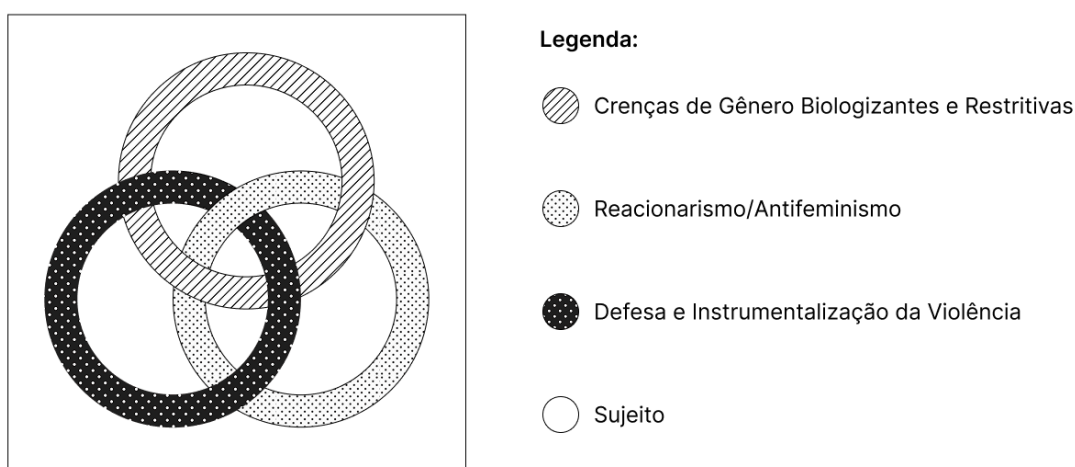


Figura 1: Enlace borromeano da Formação Discursiva Machista Estruturante

Os discursos de ódio aqui elencados apresentam-se em diferentes formas e intensidades, ocorrendo não apenas de forma explícita por meio de xingamentos, desqualificações ou ameaças, mas também com maior sutileza, na repetição de estereótipos discriminatórios, inversões de responsabilidade ou naturalizações e justificações do comportamento violento. E são também expostos nos dois tempos dos grupos, contradições, ambivalências ou aberturas que indicam um processo de desidentificação, como formulado por Pêcheux (1995), que denotam algum grau de possível desvinculação da FD dominante visualizada.

“Aconteceu, aconteceu, a vida continua meu velho” - A Formação Discursiva Machista Estruturante no estado inicial do grupo (Encontros 1-6)

Crenças rígidas sobre gênero são fatores importantes na construção do discurso de ódio contra a mulher, pois revelam uma maneira de se posicionar frente à diferença de gênero. Connell e Messerschmidt (2013) desenvolveram o conceito de masculinidade hegemônica, referindo a um padrão de práticas sociais, que definem modelos de conduta masculina ideal, que são exaltados pelas variadas instituições sociais, nas igrejas, na mídia de massa ou pelo Estado e possibilitam a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres. Esses padrões hegemônicos oferecem modelos de relação com a mulher, de relação consigo mesmos, com o trabalho, com a família e os mais variados aspectos da vida social, se articulando nas formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. A masculinidade hegemônica não se assume normal num sentido estatístico, ao contrário, uma minoria de homens talvez a adote plenamente. Ela é, no entanto, normativa ao incorporar uma suposta forma mais honrada de ser um homem, assim exigindo que todos os homens se posicionem em relação a ela, seja em concordância ou não. No primeiro estágio do grupo, encontros 1 a 6, noções de masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013) se apresentam com bastante frequência, a partir da qual o homem deve “ser o líder né, ser o responsável, ser o cabeça da casa” (Enunciado 1), ser “o provedor, provedor tem que ser o homem” (Enunciado 2), e ainda ter palavra e honra. Assim como, a figura da mulher aparece como sua suposta “função” em relação ao homem, como segunda. A mulher é a “companheira, parceira, dedicada né... com o marido, com o filho”, (Enunciado 3), que “traz do berço o- o acalento do dia a dia” (Enunciado 4), “a palavra mulher já condiz com o nome mãe” (Enunciado 5), da qual se espera “fidelidade” (Enunciado 6).

Sim. Eu vejo que são papéis bem distintos, né? Característica física, né? Já fala tudo. Um é mais forte, né? Tu olha pras costas de um homem e é mais largo. E se tu der peso para levantar um homem levanta mais. Então, começando por aí e segue em frente é bem diferente mesmo, né? Mulher gera filhos e a capacidade de gerar filhos, né? E a mulher tem capacidade de fazer muitas tarefas. Então a gente percebe que são papéis complementares, né? Não tem como a gente querer competir. Homem nunca vai conseguir ser tão bom numa cozinha quanto uma mulher decide ser, por exemplo. Não que ele não consiga. Não é que ele não consegue, existem habilidades que tu pode aperfeiçoar, mas assim, o que já vem de berço, o que já vem na genética é: cada um tem seu papel. E quando os dois se complementam, os dois são fortes, são invencíveis, né? Agora, quando começa a competição ou querer os dois fazer a mesma coisa, alguma área vai ficar de fora, né? [...] Eu, eu perdi a minha por último agora, por quê? Porque justamente é, a minha esposa, começou a ter competição comigo, né? No mercado de trabalho, em tudo. Tudo era uma competição. E eu não sou competitivo, eu acho que a gente tem que somar. (Enunciado 7)

Em “papéis bem distintos” (Enunciado 7) e complementares, mas ameaçados pela “competição” (Enunciado 7), perspectivas biologizantes de gênero se fazem bastante presentes. Se, como colocam Glick e Fiske (2011), o sexismo diferencia-se dos

demais tipos de discriminação, como o racismo ou a xenofobia, por não buscar a exclusão ou eliminação de um outro grupo, mas sim o controle e a submissão deste outro grupo, da mulher, é então de se considerar que o discurso de ódio contra a mulher, também, possa evidenciar essa característica. Dispondo da influência dessas memórias discursivas, o discurso da complementaridade é um sentido recorrente usado para a legitimação da desigualdade de gênero ao naturalizá-la (Glick; Fiske, 2011), isto evidencia o discurso de ódio, conforme Butler (2021), na negação do direito de liberdade de escolha da mulher, não apenas verbalmente, mas como conduta. No enunciado 7, a falta de “fidelidade” (Enunciado 6) da mulher com os seus papéis tradicionais de gênero é vista como sinal de desequilíbrio conjugal pelo sujeito-homem-agressor, “a minha esposa, começou a ter competição comigo, né? No mercado de trabalho, em tudo.” (Enunciado 7). E ainda, declarando-se não ser competitivo, coloca-se então como um desafortunado alvo dos comportamentos da mulher. A repetição dos adjuntos adverbiais de intensidade no Enunciado 7 “Eu vejo que são papéis bem distintos”, “é bem diferente mesmo, né?” “Não tem como” “Homem nunca vai conseguir” pode assinalar o registro do excesso, como apontado por Ernst-Pereira (2009), em um sujeito que busca a estabilização de determinados sentidos a partir de um suposto perigo de serem substituídos. Nesse funcionamento, as conquistas sociais das mulheres, fruto da luta feminista, são entendidas como uma ameaça à posição social do homem. As justificativas para esse posicionamento puderam embasar-se também na relação com a mulher:

Se eu fosse muito mais sensível, muito mais delicado, ela não estaria comigo, ela estaria com outro, com certeza, talvez, entendeu? E eu estaria com outro homem. Eu vejo isso. (Enunciado 8)

A associação entre sensibilidade e delicadeza no homem à homossexualidade parece sustentar-se nesta Formação Discursiva Machista Estruturante, pela reiteração de crenças sobre uma masculinidade hegemônica, como exposta por (Connell; Messerschmidt, 2013), na característica da masculinidade como oposição à feminilidade e valorização do comportamento violento de dominação. A ideia comum de que as mulheres preferem os “cafajestes” ou “bad boys” é um clichê midiático, presente em filmes, novelas e músicas no cotidiano brasileiro que se reatualiza aqui ao ser trazida como razão da atual companheira para manutenção do relacionamento. Tal discurso também se faz presente em grupos masculinistas, em uma ideia pseudocientífica, e amplamente disseminada nesses grupos, da hipergamia feminina, um comportamento que levaria as mulheres a buscarem relacionar-se sexualmente somente com homens entendidos como “bem-sucedidos” física, social e, em especial, financeiramente, deixando aqueles entendidos como “inferiores” relegados ao descaso e ao desprezo (Morais; Chaveiro, 2024). Perspectivas persecutórias sobre as mudanças sociais se vêem relacionadas aos discursos conspiracionistas de movimentos masculinistas como o Red Pill ou o MGTOW (Santos, 2025; Silva, 2023).

Foi até minha tese de mestrado, a andropausa masculina, por que o homem está entrando em andropausa cada vez mais cedo né, hoje em dia o homem já entra na andropausa com trinta e cinco, antigamente era com quarenta, quarenta e cinco anos, tá, mas por que isso? Porque, ninguém sabe, mas é fato, é verdade, ã as substâncias tão, ã, estrogênicas né, no caso feminilizantes, são colocadas na água e o processo de purificação da água e o processo de purificação da água não é capaz de separar, a questão hormonal, o estrogênio da água, e a gente acaba bebendo essa água, nós homens, ã, substâncias plásticas aquecidas, cafezinho, chá, ã comida no micro-ondas que vem em, em plástico né e a gente aquece no micro-ondas, liberam substâncias estrogênicas né e também lá vai o homem ser bombardeado por estrogênio, então tudo isso a, já muda o comportamento do homem né, por que? Porque baixa drasticamente os

níveis de testosterona e ele acaba entrando na andropausa já antes né, ã, o homem é bombardeado quimicamente se tornando mais feminino e nunca vi uma geração, isso também tem dados também científicos disso, essa geração é a que tem o, ã, teve uma diminuição do tamanho do pênis, justamente por a ingestão desse estrogênio né, e mais a questão social hoje em dia que é feio ser homem, né, então muitas tem a parte da sociedade que bombardeia o homem, e o homem não pode ser como antigamente né e, e também mais a questão hormonal, então assim o homem tá sendo destruído as vezes silenciosamente, então por isso que eu tenho medo da questão de machismo e feminismo, porque quando tu levanta muito forte uma bandeira num lado, tu suprime a outra. (Enunciado 9)

Buscando uma posição de saber na referência ao campo acadêmico, a construção de sentidos de vitimização masculina, “o homem tá sendo destruído” (Enunciado 9) ou, “a gente tem que tomar muito cuidado” (Enunciado 9), e a disseminação de teorias da conspiração, que semeiam a dúvida entre os pares e identificam um inimigo comum, referenciam uma posição antifeminista e são recorrentes em grupos masculinistas que tem como base de seu extremismo percepções fortes de um “nós versus eles”, ou neste caso um “nós versus elas” (Oliveira, 2024). Observa-se aqui, que este enunciado incorpora elementos centrais do discurso de ódio ao instigar hostilidade por meio da emoção do medo ou indignação, frente a uma sociedade que supostamente ataca os homens (Guillen-Nieto, 2023). Esta noção de ameaça do feminino também simbolicamente representada pela argumentação de diminuição do pênis. A colocação “quando tu levanta muito forte uma bandeira num lado, tu suprime a outra” (Enunciado 9), aparenta remontar um posicionamento de neutralidade ideológica e política, ao mesmo tempo que traz também a noção anteriormente elaborada da complementaridade versus competição nas relações de gênero que recusa o reconhecimento das desigualdades estruturais históricas entre homens e mulheres (Glick; Fiske, 2011).

Uma mulher que ela usa roupas sensuais, tem homens que são curados, mas tem homens que são doentes, eles não tem o controle sobre si, é que nem fosse tu passar com 1 quilo de carne no meio da jaula do leão, tu vai correr um perigo... [...] e tem homens que não conseguem controlar, existem homens que não conseguem controlar os instintos sexuais, então tu vai passar ali, é claro que tu vai correr o risco. Eu, eu não tô culpando a mulher, eu tô protegendo. [...] não adianta tu querer mascarar a realidade, né. (Enunciado 10)

A metáfora “passar com 1 quilo de carne no meio da jaula do leão” (Enunciado 10) é uma forma desumanizante de reeditar um dos pilares do discurso de violência misógino, “ela pediu”. Como apontado por Rebs (2017), o registro do excesso no discurso de ódio pode ser visto em demonstrativos de autoridade perante o outro e na conduta agressiva de expressão como na reiteração de adjetivações pejorativas, como neste caso, da comparação da mulher com “1 quilo de carne”. Assim como, a perspectiva deste posicionamento como benéfico ou protetivo à mulher pode recordar a noção de sexismo ambivalente em Glick e Fiske (2011), onde em sua forma benevolente, reitera regras de comportamento restritivas à mulher em nome de um suposto cuidado. Aqui, o sujeito-homem-agressor posiciona-se como incapaz de controle sobre seus próprios impulsos, sustentando-se em crenças biologizantes de gênero que lhe isentam de responsabilidade. Em outras pesquisas com homens autuados por violência contra a mulher, percebe-se que o ato violento não carece de justificativas por parte de seus autores (Cavaler et al., 2022; Cavaler, 2021; Einhardt; Sampaio, 2020), ocorrendo frequentemente através de terceirizações da responsabilidade ao álcool, à impulsividade, a sentimentos de injustiça ou em atos de suposto justicamento ou inclusive ao comportamento da própria mulher vítima de violência. O sexismo ambivalente, no entanto, é assim denominado porque sua face benevolente compartilha características com o sexismo hostil/violento, e ambos, em última análise, resultam na

discriminação da mulher (Glick; Fiske, 2011). Uma naturalização da violência já foi visualizada em outras pesquisas neste mesmo contexto do GPHAV (Goulart; Boeckel, 2024). No enunciado em seguida, a violência não é tematizada como problema, mas como estratégia funcional, naturalizando a agressão como método legítimo de mediação do conflito conjugal.

Às vezes o homem se prevalece, mas hoje em dia a gente tá vendo uma coisa também, ã, às vezes o mais fraco se prevalece, porque sabe que o mais forte não vai fazer nada, porque existem leis. [...] Então assim, a, o relato assim, de vários casos, onde a mulher trai, afronta o homem, bate no homem, daí o que que acontece, o homem vai lá e bate na mulher. Quem é que foi o covarde da história? Será que foi ele? Será que foi ela que começou? Né, só que ela é protegida por lei, então isso é uma coisa pra gente pensa. Se ela errou, por que que ela foi trocar tapa com, na natureza o que que o mais fraco faz quando erra? Submissão né, pede desculpa, tipo, não vai afronta. Entendeu? Então, às vezes justamente o contrário acontece, erra, afronta e agride, aí claro que vem uma reação de outro lado. (Enunciado 11)

A violência aqui é trazida como uma resposta lógica à uma suposta provocação. A partir da ideia de uma hierarquia entre o “mais fraco” e o “mais forte”, ou, entre “a mulher” e “o homem”, que comparece como pressuposto do enunciado, e também dos questionamentos: “Quem é que foi o covarde da história? Será que foi ele? Será que foi ela que começou?” (Enunciado 11), a não submissão da mulher a uma relação desigual serve como justificativa do ato violento. O enunciado 11 traz uma crítica direta à Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340, 2006), ao ser apontada como um instrumento usado pela mulher contra o homem, não sendo incomum paráfrases de mesmo tipo circularem nos grupos analisados do GPHAV-online, em variadas reproduções da crença que o recurso da lei é utilizado como instrumento de vingança ou de ataque da mulher ao homem.

A violência cometida, por sua vez, é tida como “um erro banal” (Enunciado 12). Em afirmações como: “Os homens tem que se controlar pra não perder a cabeça e as mulheres tem que ser inteligentes pra não fazer o mais forte perder a cabeça” (Enunciado 13), a violência masculina é tida como um dado natural, por consequência, o foco da situação de violência deixa de ser o comportamento agressivo do homem para uma suposta insensatez da mulher, afinal, por que “cutucar a onça com vara curta, não se faz isso, né?” (Enunciado 14). Tais formulações, ao reiterar uma lógica de culpabilização da vítima, ancoram-se, também, em memórias discursivas do imaginário social e jurídico brasileiro onde não são novidade, como nos chamados “crimes em defesa da honra”, que por muito tempo serviram de justificativa plausível e resguardo do homem na ocasião da violências contra a mulher (Ramos, 2012). O problema surge no ponto em que perspectivas utilitaristas sobre a violência, que a entendem como um meio para alcançar determinados fins, esquecem que tal instrumentalidade não garante sua eficácia. A falha crucial reside na imprevisibilidade inerente à ação humana, que torna seus resultados impossíveis de cálculo. Por esta falta de garantias, os meios em si revelam-se mais relevantes do que os hipotéticos fins que justificariam sua utilização (Arendt, 2004). A mesma autora, em sua reflexão sobre o que chamou de banalidade do mal (Arendt, 2014), aponta a possibilidade de naturalização de comportamentos de discriminação e violência pela falta de reflexão e pensamento crítico. A considerar que “os aparelhos ideológicos de estado podem não apenas ser os meios, mas também o lugar da luta de classes” (Althusser, 2025, p. 78), o grupo se torna um espaço de tensionamento a discursos de violência.

Comportamentos confrontativos em relação ao grupo e à necessidade de cumprimento de decisão judicial também ocorrem ao longo deste estágio inicial do grupo, em questionamentos como: “O que que vai me beneficiar esses 09 encontros?”

(Enunciado 15) ou “eu na real não preciso estar nesse grupo aqui.” (Enunciado 16) ou ainda em interrupções diretas ao andamento do grupo:

Ah botei a mãozinha, to de saco cheio, eu gosto de mulher não adianta. Ratiou com as mulher não adianta não deu com ela dá com outra, a uma é tudo igual, tu vai num ritmo dela quem sabe é ela ou tu vai ficar a nada, ou vai ter que arrumar um homem pra ti então pra quem for. É as mulher que sabe não adianta, é uma é outra é as mulher não adianta então então já era, vamo fazer um grupo não não vamo fazer um grupo anti mulher, não tem o que fazer é as mulher que sabe. Não adianta elas é quem sabe. Não quiser mulher vai ter que arrumar um homem não tem o que fazer. Não gosto de ficar falando mal de mulher, essa ai pra mim não cola. É as guria não adianta. (Enunciado 17)
[...]

A vida é ela, ô psicóloga [...], eu não tô por mulher, não, fala sério, tô discutindo com o cara por uma zica na minha vida, eu me amo, ô psicóloga [...], eu me amo, fala sério, eu nem bebo [...]. Ah, eu tô de saco cheio, reclamassada de mulher, aconteceu, aconteceu, a vida continua meu velho. (Enunciado 18)

[...]

Chato pra caralho isso aí, tá escutando, bah, vamos, chato, vou ficar no grupo, chato, não gosto, chato, chato pra caramba esse caô aí, chato pra caramba, muito chato. (Enunciação 19)

Diferentemente das enunciações elencadas anteriormente, aqui o sujeito deixa de buscar um argumento lógico na contribuição para o andamento do grupo passando a afirmar sua posição em uma atuação, em forma de confronto. A facilitação dos grupos do protocolo GPHAV-online é realizada por uma dupla de profissionais, um homem e uma mulher, e o confronto aqui atuado é direcionado ao grupo como um todo, mas a nomeação ocorre especificamente à facilitadora psicóloga mulher, evidenciando como, a FD Machista Estruturante parece autorizar o sujeito a posicionar a mulher em um lugar de vulnerabilidade, como se ela fosse o elo mais fraco, vulnerável; portanto, a tornar-se alvo de sua agressividade. O registro de excesso na repetição de palavras “chato” (Enunciado 19), a referência a “é as mulher que sabe” (Enunciado 17), e o apontamento nominal pela facilitadora “eu me amo, ô psicóloga [...], eu me amo” (Enunciado 18) em resistência a proposta do grupo, vem como aparente forma de defesa ou rechaço a um novo discurso que confronte sua posição, para a qual busca estabilização na chamada inicial “eu gosto de mulher, não adianta” (Enunciado 17).

Neste primeiro estágio do grupo, o funcionamento desta FD, observada no contexto do grupo GPHAV-online, composto de homens autuados pela Lei Maria da Penha, construiu justificativas e promoveu a manutenção da violência contra a mulher, daqui é possível questionar se um distanciamento destas Formações Discursivas, na forma da Desidentificação (Pêcheux, 1995) possa facilitar um processo de responsabilização, ainda que sutil.

É que tem dois lados da balança dessa questão, né. O não levar o desabafo pra casa. Às vezes tu para e pensa: “o que é não levar desaforo pra casa? Será que eu posso aguentar algumas palavras e ir pra casa tranquilo?”. Pode, entendeu? Ou num ramo de trabalho...qualquer um dos colegas que estão aqui estão trabalhando 12 horas, 8 horas, 6 horas por dia recebe várias vezes um tipo de ofensa ou um tipo de situação complicada que tu acaba engolindo aquilo e tu não vai deixar de ser menos homem, entendeu? Não vai ser menor do que aquele outro lá que se tornou mais agressivo. Só que hoje se tu olhar pro outro lado também, nós estamos falando aqui de homens e mulheres, de relacionamento, de casamento... se eu olhar pro lado da mulher também, o lado feminista elas são muito agressivas. Elas não levam desaforo pra casa. As mulheres agora elas também tão assim. Elas tão num pico de tensão, de nervosismo lá no alto. Então hoje se tu fala um “a” elas falam tudo pra ti, porque elas se acham no topo, entendeu, também. Então não tá tendo um equilíbrio mais. Tá tendo um lado subindo cada vez mais e o outro lado tem que estar murchando, murchando, murchando... daqui

a pouco nós estamos assim ó, um “corozinho” (sinal diminutivo com a mão) na sociedade. (Enunciado 20)

O ponto de partida deste enunciado parece sugerir um raciocínio ponderado, trazendo uma crítica à reiterada normativa da defesa da honra na masculinidade hegemônica (Connell; Messerschmidt, 2013; Ramos, 2012), representada pela frase “homem não leva desaforo pra casa”, instigada à reflexão pelo protocolo, mas logo desloca a atenção para uma suposta ameaça. “muito agressivas” (Enunciado 20) e em “um pico de tensão, de nervosismo lá no alto” (Enunciado 20), a mulher é apresentada como figura castradora que desestabiliza o equilíbrio das relações de gênero. Aqui o homem é novamente reposicionado de autor da violência para vítima do comportamento feminino e de mudanças sociais injustas. Em uma primeira impressão, é possível realizar uma interpretação concordante aquilo que Pêcheux (1995), nomeia como desidentificação à FD dominante Machista Estruturante, onde se, o homem engolir desaforo, então, ele não se torna menos homem; ou ainda, uma negação da ideia trazida pela frase fornecida para reflexão, em que, se, o homem levar desaforo pra casa, então, é menos homem. Neste caso, mais alinhado aqui a uma FD concorrente, feminista, em um posicionamento favorável à equidade de gênero. Em análise mais atenta, percebe-se que mesmo sem a necessidade de injúrias explícitas ou incitações abertas à violência, o discurso mobiliza também sentidos comuns ao reacionarismo antifeminista (Silva, 2023; Oliveira, 2024), que deslegitimam o avanço social das mulheres entendendo-os como uma ameaça à posição social masculina que então “murcha”.

Tensões na identificação com uma Formação Discursiva revelam como o discurso é o campo de batalha da ideologia, como proposto por Pêcheux (1995). O ponto de contato entre Formações Discursivas traz inquietações “Então parece que tá tendo um duelo entre o comum e a normalidade, né?” (Enunciado 21), ou “[...] a nova sociedade tá tudo assim ó: nada é errado e nada é certo. Tipo, tá a bangu assim, né.” (Enunciado 22). A palavra “machismo” estimulada pela intervenção do protocolo GPHAV-online, traz divergência, por vezes trazendo associações como retrógrado ou “ignorância” (Enunciado 23), e por vezes, “cavalheirismo ou a educação, elegância” (Enunciado 24). O “feminismo” por sua vez, é entendido como algo que as mulheres “Usam pra agredi o público masculino” (Enunciado 25), ou “algo vem mais é pra complicar a vida, né?” (Enunciado 26) ou ainda, “é uma palavra agressiva” (Enunciado 27).

São lados da mesma moeda, ambos são doentio. O machismo é uma coisa doentia, tá... o feminismo leva a misandria. E o machismo leva à misoginia. Ambos coisas doentias. Ambos rivalizam com o sexo oposto. (Enunciado 28)

Ao mesmo tempo que demonstra aparente desidentificação com uma formação machista ao nomeá-la “doentia”, reforça um discurso antifeminista ao produzir uma simetria entre o machismo e o feminismo. Esta enunciação remonta uma memória cultural da feminista como uma figura agressiva e antagônica ao homem, por vezes associada a termos como “Feminazi”, junção entre “feminista” e “nazista”, ação que busca uma deslegitimação da luta histórica das mulheres (Lima, 2023). O feminismo encontra-se aqui como uma FD antagonista a FD Machista Estruturante dominante no grupo, pois questiona radicalmente a rigidez das categorias de identidade de sexo/gênero que são seu ponto de partida. A crítica feminista visa justamente subverter noções naturalizadas de gênero que sustentam a dominação masculina (Butler, 2023). Mas um afastamento da palavra machismo, como também em “[...] acho que desses tempos pra cá eu não vejo tanta, tanto essa questão de machismo” (Enunciado 29), não significa necessariamente um abandono de ideias que contribuam para a subjugação da mulher. Algumas enunciações de intenção elogiosa à mulher, podem acabar sendo feitas ainda na mesma linguagem de desvalorização da mesma.

Eu também, minha mãe, mesmo quando... ela me ganhou na Argentina e ela veio pro Brasil... ã, ela veio ela, o meu irmão, a minha irmã e eu pequenininho de colo... então ela foi muito mais homem, entendeu, ela veio pro Brasil sozinha, nos educou, nos deu educação, sustentou, não deixou que ninguém nos adotasse, então foi forte, assumiu uma casa, responsabilidade, não se prostituiu, não fez nada de errado... [...] Claro, que nem nós estamos aqui sendo... é, alguns pagando por alguns erros que todo mundo... ninguém tá livre de cometer né, e outros de repente se sentindo... é, que nem eu... tô me sentindo... atacado né, por uma mulher, uma mulher que é...eu agora tô aqui idolatrando, mas ela que me colocou nessa situação, entende. (Enunciado 30)

Oscilando entre a idealização da mulher, a utilização da frase “ela foi mais homem” (Enunciado 30), onde “homem” entra como adjetivo de força e virtude, marcando a hierarquia entre os gêneros. Ainda, a associação da mulher à prostituição denota seu valor como condicionado à regulamentos de moralidade sexual. O controle dos corpos e da sexualidade da mulher é um dos pilares do patriarcado (Santos; Neves; Reis, 2020). A fusão entre a mãe idealizada e a ex-companheira denunciante, tida como iniciadora injusta de um ataque, em uma única figura da “mulher” revela fragilidades nesta idealização. A naturalização da violência demonstra-se nesta, não em uma promoção direta, justificação ou negação do ato violento, ocorrendo até a admissão deste como um erro, mas através da minimização da violência cometida, este crime colocado em uma categoria de “erros que todo mundo... ninguém tá livre de cometer né” (Enunciado 31).

É importante notar que essas ambivalências e contradições no primeiro estágio do grupo, encontros de 01 a 06, podem não ser efeito das intervenções do GPHAV-online, e sim a manifestação de conflitos já existentes e referentes a outras histórias, mas sobre as quais o Protocolo pode vir a ser um catalisador ou facilitador deste processo. Já no segundo estágio, encontros 7 a 9, é possível prospectar com maior confiança os efeitos da intervenção. Através da escuta e leitura desses momentos espera-se desenvolver sobre as possíveis mudanças nos discursos de ódio ao decorrer das intervenções do grupo.

Ambivalências e deslizamentos de sentidos como perspectivas de mudança no segundo estágio do grupo (Encontros 7-9)

No segundo estágio do grupo, as discussões sobre gênero, masculinidades e feminilidades seguem, e trazem ainda novas versões dos discursos anteriores que, a fim de evitar redundâncias, serão agora apresentados de forma mais resumida. A Formação Discursiva Machista Estruturante persiste, como em visões sobre relacionamentos íntimos, “o homem é ser o chefe da família, e a mulher aquele braço forte por trás, né?” (Enunciado 32), onde a mulher como “parceira” ainda aparece como segunda, e mesmo o intencionado elogio à mulher ocorre ainda pelas lentes dessa FD dominante, em seu condicionamento à obediência da mulher a um código moral de regulação sexual (Santos et al., 2020).

Por ela não ser uma vagabunda, assim, hoje, desculpa os termos, né, hoje em dia é difícil as mulheres, né, não dá pra generalizar, aí eu falei pra ela um dia, né, eu teria um filho contigo, e aí veio a [...] (Enunciado 33)

A nomeação da companheira como “vagabunda”, novamente aqui assinala o excesso no discurso de ódio (Rebs, 2017). A aproximação com a mulher demonstra-se como um ponto de tensionamento e preocupação após o acionamento da Lei Maria da Penha, aludindo à sentidos do reacionarismo antifeminista, percepções da mulher como “perigosa” (Enunciado 34), também se repetem. Assim como a naturalização da violência, onde o ato violento que leva à denúncia e a participação no grupo de homens é algo de pouca importância, “eu tô na Maria da Penha por uma simples bobagem né,

um arranhãozinho no dedo” (Enunciado 35). O uso de diminutivos “arranhãozinho” ou “bobagem” minimizam a violência cometida e, por consequência, a responsabilidade do sujeito pela mesma, ao torná-la algo rotineiro ou trivial.

É bater um pouco mais agressivo no objetivo de repente, na próxima. [...] então eu acho que vocês podem bater mais *risos. É, eu acho que vocês podem espancar mais um pouco os homens que estão aqui, entendeu? Pra gente expor um pouco mais, ser espancado aí (Enunciado 36)

Vê-se aqui como esta naturalização da violência pode encontrar vazão não somente nos argumentos de um enunciado, mas também na escolha de um palavreado bélico para sua expressão. Ao considerar o contexto do grupo, com seus objetivos psicoeducativo-reflexivos, o enunciado 36 realiza uma correlação entre o processo de educação, de comunicação ou de mudança, com a violência. Uma reformulação possível, que mantém a função comunicativa do enunciado mas que se afastasse da FD Machista Estruturante, e que demonstra então a sua presença, poderia ser a substituição da palavra “espancar” no último trecho da enunciação por “aprofundar mais as discussões” ou “estimular” por exemplo, tendo podido ser: “É eu acho que vocês podem aprofundar mais um pouco as discussões com os homens que estão aqui entendeu? Pra gente expor um pouco mais, ser estimulado aí”. Indicando, como aponta Orlandi (2015), que todo discurso poderia ser outro.

Eu não sou a melhor pessoa do mundo, eu falei um monte de coisa, eu errei também né, mas depois foi tomando uma proporção que assim que eu- [...] Existe uma história de quando você for picado pelo uma cobra, invés de você tentar ir atrás da cobra pra s-provar pra ela que tu não merecia ser mordido, tu tem que ir atrás da cura na verdade. Porque quanto mais tu fica remoendo aquilo ali, tentando provar pra cobra que tu não merecia ser mordido o veneno ele se espalha, no que qu- [...] só que não deu certo como marido e mulher, então a gente aconteceu os incidente, então no meu caso e no dela, por mais que eu não tenha sido um bom marido, um bom parceiro, tipo para de remoer isso aí, entendeu? E ah, e tem a parte do perdão também nesse vídeo, invés de tu ficar correndo atrás da cobra, tentando mostrar pra ela de que tu não tem que não- como é que é- que tu não merecia ser mordido vai atrás da cura do veneno que muitas vezes que- a parte do perdão, as vezes tu perdoa não é tu ser fraco, mas é tu querer mo- não mostrar, mas é tu querer contigo mesmo que tu quer viver em paz, entendeu? Não ficar remoendo aquela guerra e discutindo, mexendo no veneno sendo que seguinte, ela pode daqui um pouco seguir a vida dela ã- profissionalmente, no trabalho, amorosamente, abrir a mente e ver que a gente não precisa dessa guerra (Enunciado 37)

Ainda que se encontre uma certa responsabilização no trecho “eu errei”, ele é acompanhado do advérbio “também”, que de mesma maneira como visto em exemplos do primeiro tempo, dilui a responsabilidade de seu erro com supostos erros de outrém, seja a justiça, seja a mulher. A metáfora da picada da cobra utilizada é curiosa, nela o sujeito parece referir a si mesmo como a cobra ao trazer na metáfora “invés de você tentar ir atrás da cobra pra s- provar pra ela que tu não merecia ser mordido, tu tem que ir atrás da cura na verdade.” (Enunciado 37) e em seguida, “por mais que eu não tenha sido um bom marido, um bom parceiro, tipo para de remoer isso aí entendeu?” (Enunciado 37). Há uma admissão sutil da violência, mas cuja atenção é imediatamente revertida para a reação da vítima, como se em uma relação de hierarquização o ato de violência cometido fosse de menor gravidade do que a devida reação de denúncia. Uma inversão que expõe um ato de controle ao buscar ditar os termos e personagens da responsabilização pela violência cometida.

Nesse segundo estágio, ainda que estas argumentações ligadas à produção do discurso de ódio contra a mulher sigam ocorrendo, elas já não vêm intactas, o sujeito-homem-agressor passa a demonstrar maiores deslocamentos e ambivalências. Podendo ser: “Ser homem é ser responsável pelos seus atos, né?” (Enunciado 38), em

uma desidentificação à FD dominante pela reutilização de seus saberes em um novo contexto de responsabilização pela violência, e em uma oposição à uma defesa da violência como natural. Não há um abandono completo da FD Machista Estrutural, mas uma reedição da mesma. A desidentificação indica um espaço de manobra para o sujeito na sua relação com discurso. Visto as FDs encontrarem-se em constante atrito umas com as outras, sob determinadas condições é possível romper com o domínio de uma FD e identificar-se com um outra, ou ainda, como coloca Pêcheux (1995) “não há ritual sem falhas” (p.301).

A violência é o patamar, o ponto que é inaceitável. É o ponto que aonde chega, acabou. A hombridade, acabou o feminismo, acabou tudo. Pra ambas as partes. Porque nós sabemos que hoje, no dia-a-dia... Deixando bem claro, assim como eu vim deixando em todos os nossos encontros. Não é que a Maria da Penha está errada. Jamais. Ela está ali, ela tem um porquê. Protege muitas pessoas. Muitas mulheres não protege como deveria proteger, a quantidade. Só que muitas usam isso também como uma ferramenta. “Ah, eu posso bater nele e ele não pode bater em mim”. É o caso de alguns colegas que estão nessa reunião hoje. Então, aonde chega a violência é o limite, é o teto. Vamos deixar assim, bem específico: é o teto do inaceitável. (Enunciado 39)

De início conciliadora ao conceber a violência como um “teto” universal, encontra uma incoerência ao adicionar à categoria de violências a aplicação da Lei Maria da Penha. Um estranhamento (Ernst-Pereira, 2009) pode ser pensado no ponto “Não é que a Maria da Penha está errada. Jamais.” (Enunciado 39), na tensão entre duas FD distintas, em que a FD Machista Estruturante é momentaneamente interrompida por um dizer estranho a ela, que supostamente reconhece a importância da Lei, mas que logo volta a crítica a um suposto comportamento da mulher, que diria “Ah, eu posso bater nele e ele não pode bater em mim” (Enunciado 39) justificada pela mesma Lei. Perspectivas do feminismo como um movimento agressivo e contrário aos homens são reativadas nestas enunciações, mas também já recebem o benefício da dúvida neste segundo estágio, “Então isso aí, o problema não é o feminismo em si, e sim as pessoas.” (Enunciado 40). Assim como em falas de maior responsabilização que também aparecem com maior frequência neste segundo estágio do grupo, como “não to aqui de graça né” (Enunciado 41) ou ainda

Eu cheguei a repensar mesmo nas coisas que eu já fiz, né? Eu cheguei a repensar bastante, né? E eu me tratava muito como um coitado, né? Entendeu? Isso aí pra mim era tipo assim, ah, eu não tive culpa de nada. Não, eu tive culpa também. Então eu parei e pensei também e eu disse, ah, eu tive culpa. Sabe, eu fiz algo. Uma ação não impulsiona a outra se não for, né, por uma ação, então eu tive parte disso e eu to aqui também porque eu fiz algo, né. E é isso aí, eu tive pensando nisso e eu disse: “bá. realmente, eu acho que eu tenho que descer um pouco do pedestal e realmente admitir que eu errei também” (Enunciado 42)

Há uma consideração mais ativa de sua responsabilidade sobre a situação de violência, cuja mudança sintetiza na frase “eu acho que eu tenho que descer um pouco do pedestal e realmente admitir que eu errei também” (Enunciado 42). A expressão popular “descer do pedestal” é comumente utilizada em críticas à indivíduos que possam ter o comportamento entendido como arrogante ou condescendente, ao que o sujeito relaciona aqui à não responsabilização do homem pela violência contra a mulher. O enunciado traz um reposicionamento importante ao questionar um pensamento anterior, “Isso aí pra mim era tipo assim, ah, eu não tive culpa de nada.” (Enunciado 42), o verbo no passado “era” cria um distanciamento entre seu posicionamento atual e uma posição discursiva de naturalização e não reconhecimento da violência. Tais deslocamentos evidenciam movimentos de desidentificação, nos quais o sujeito se distancia parcialmente e posiciona-se contrário aos saberes da FD dominante, em um movimento de resistência aos seus saberes, sem, necessariamente, filiar-se uma nova

posição. Contestações aos saberes da FD Machista Estruturante puderam ser observadas, também, na ocasião dos participantes do grupo GPHAV mencionarem influenciadores e referências a quais acompanham nas redes sociais, onde, mesmo reconhecendo ir contra a opinião grupal, puderam receber respostas como “aqui a gente bate muito na tecla feminismo e machismo, eu acho muito machista o [...], porque as soluções dele é bem machista” (Enunciado 43). Essa tensão na aderência à FD, segundo Pêcheux (1995), caracteriza o espaço de instabilidade ideológica em que o sujeito vacila entre a adesão e a crítica ao discurso hegemônico. Admissões de responsabilidade sobre o processo judicial e sobre a violência cometida na relação ocorrem com mais frequência, como um deslizamento de outras expressões muito utilizadas anteriormente semelhantes à “ela me botou na Maria da Penha” ou “ela faz isso comigo”, agora já podem ser substituídas por:

Que nem o amigo ali falou que querendo ou não a gente tem uma boa porcentagem de culpa, porque a gente se colocou nessa situação também. E a gente poderia ter atitudes diferentes também. Até para manejar melhor a relação e ... acho que a gente tem que fazer ali é ter paciência, conversa, até para não acontecer dos ânimos se acirrarem. E se a gente vê que a pessoa também não é recíproca, que ela não quer também ter esse relacionamento mais saudável, mais de conversa, mais de entendimento da situação que, seja qual for o problema... acho que a gente tem que se retirar da relação, acho que é isso. (Enunciado 44)

Um processo de desidentificação pode ser também pensado na emergência de novas possibilidades de mediação dos conflitos conjugais, em contraste com a utilização da violência sustentada pela FD Machista Estruturante. No enunciado em destaque, o sujeito distancia-se desta lógica, apontando “querendo ou não a gente tem uma boa porcentagem de culpa” (Enunciado 44) e considerando agora possível fazer “melhor” ou “diferente” e já não entendendo a violência cometida como justificada ou natural. Deslizamentos podem vir ainda em crenças sobre a diferença de gênero, agora menos restritivas, “o que que é ser mulher hoje em dia? É ser uma ótima profissional, é ser uma ótima mãe, né, então são papéis muito parecidos”. (Enunciado 45).

Considerações Finais

Os trechos apresentados encontram-se em coerência parcial com a definição proposta por Guillen-Nieto (2023), mais especificamente, encontra alinhamento nos pontos: a) o direcionamento da ação a grupos minoritários, pois os enunciados de ódio são direcionados à mulheres, as quais, em uma sociedade ainda marcada pela violência de gênero, são um grupo vulnerável; b) o conteúdo da mensagem expressada é o ódio, onde o ódio pode ser identificado não apenas nos modos de nomear a mulher, como “vagabunda”, “manipuladora” ou em comparações desumanizantes como com “1kg de carne”, mas também na deslegitimação de seus direitos fundamentais; d) o discurso incita ações para além de si mesmo, os enunciados de ódio podem causar dano ou ações para além de si mesmos ao naturalizar e diminuir a violência e a importância das leis de proteção à mulher, podendo criar um ambiente discursivo de defesa e justificação da violência; f) o contexto habilita respostas violentas, pois dada a composição do grupo como homens com histórico de violência contra a mulher, a não responsabilização pode facilitar a reincidência; e g) o discurso não se justifica de outras formas, visto os enunciados tratarem-se de relatos e interpretações destes sujeitos sobre a violência cometida e não opiniões gerais descontextualizadas. Já quanto aos pontos c) a intenção do discursante é de causar ou instigar dano e e) manifesta-se publicamente, não se aplicam visto o contexto de grupo fechado e psicoeducativo.

Tendo que a linguagem não apenas reflete, mas também constitui a realidade, os enunciados aqui apresentados não devem ser entendidos como expressões individuais,

mas sim como produtos de condições históricas e sociais que posicionam o sujeito-homem-agressor na função de enunciá-los. Visto que os sentidos produzidos nesses enunciados não têm um sentido em si mesmos, mas adquirem algum sentido da FD a que se filiam, ou, como posto por Orlandi (2015), “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso” (p.41), elas remetem à formações discursivas que fazem a manutenção de estruturas de desigualdade e de submissão da mulher. A identificação da FD Machista Estrutural como um enlace borromeano que abarca as crenças biologizantes, o reacionarismo antifeminista e a instrumentalização da violência como interdependentes, e reforça a violência contra a mulher como efeito de uma estrutura ideológica complexa, podendo dar nortes quanto a temas de importância a serem abordados em intervenções futuras.

Dentre algumas limitações importantes, as quais podem impactar nos resultados, destacam-se: o contexto judicial em que o grupo se insere e a agradabilidade social que lhe é esperada, e que impede que os participantes falem livremente, além do tempo de intervenção, restrito a apenas 09 encontros. Assim como, as intervenções dos facilitadores podem ter, também, a sua influência no controle das emoções no grupo, por intermédio da regulação e controle das falas, em orientações sobre quem fala primeiro, quem fala depois, interrupções, mesmo em situações onde os participantes poderiam estar efetivamente se abrindo ou apoiando um ao outro.

É possível concluir, a partir dos objetivos de pesquisa, que foram identificados, com suficiente clareza, enunciados entendidos como discurso de ódio contra a mulher nos participantes do grupo, assim como foram percebidos deslocamentos nestes discursos com o decorrer dos encontros e reflexões. Na Formação Discursiva elencada, identifica-se uma mudança significativa na naturalização da violência, onde os sujeitos parecem ter assumido um posicionamento de maior responsabilização, ao mesmo tempo em que desenvolveram estratégias de resolução de conflitos que não se apoiam na violência, evidenciando um deslocamento nas práticas discursivas e nos modos de enunciação que estruturam suas relações sociais. Descobertas semelhantes já foram feitas sobre as concepções de violência em homens autores de violência neste mesmo contexto do protocolo GPHAV-online (Goulart; Boeckel, 2024)), evidenciando que as intervenções do protocolo são capazes de auxiliar no desenvolvimento de maior auto responsabilização e ampliar as estratégias de resolução dos conflitos da vida a dois. A análise aqui exposta parece apontar que as intervenções psicoeducativas reflexivas do protocolo GPHAV-online são eficientes para o combate aos discursos de ódio que podem ter como resultado a violência. Com esta pesquisa, estima-se fomentar novos estudos que considerem o discurso de ódio como uma questão relevante no campo da saúde, assim como, investigar estratégias reflexivas que promovam sua análise crítica e manejo adequado, contribuindo para o avanço teórico e prático nessa área.

Referências do Artigo

- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado** . 19. ed. [s.l.] Paz & Terra, 2025.
- ARENDDT , H. **Da Violência** . [s.l.] Sabotagem, 2004.
- ARENDDT, H. **Eichmann em Jerusalém, um relato sobre a banalidade do mal**. [s.l.] Companhia das Letras, 2014.
- BANSAL, V. et al. A Scoping Review of Technology-Facilitated Gender-Based Violence in Low- and Middle-Income Countries Across Asia. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 25, n. 1, p. 463–475, 4 mar. 2023.
- BARBOSA, Â. A. DE A.; SILVA, R.; DA SILVA, D. L. G. O Ato de Nomear no Discurso de Ódio Contra a Mulher . **PERcursos Linguísticos**, v. 10, n. 25, p. 247–258, 31 out. 2020.
- BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M.; INCROCCI, C. Programas de atenção a homens autores de violência contra as mulheres: um panorama das intervenções no Brasil. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 1, p. 262–274, mar. 2019.
- BELLINI, R. F. et al. “So-called privacy breeds evil”: Narrative Justifications for Intimate Partner Surveillance in Online Forums. **Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction**, v. 4, p. 1–27, 5 jan. 2021.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio: Uma política do performativo**. [s.l.] Editora Unesp, 2021. p. 1–282
- BUTLER, J. **A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição** . 1. ed. [s.l.] Autêntica, 2022. v. 6
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 24. ed. [s.l.] Civilização Brasileira, 2023.
- CASTELLANO, M.; MIGUEL, V. M. “O sofrimento amoroso do homem”: misoginia e discurso de ódio na literatura masculinista de autoajuda. **RuMoRes**, v. 17, n. 34, p. 116–135, 29 dez. 2023.

CAVALER, C. M. **“A culpa foi dela”**: Problematizações sobre rede enunciativa que confere inteligibilidade ao feminicídio . Dissertação—Universidade Federal de Santa Catarina: [s.n.].

CAVALER, C. M.; SOUZA, D. DE; BEIRAS, A. Motivações para o crime de feminicídio: Revisão integrativa da literatura. **Quaderns de Psicologia**, v. 24, n. 2, 31 ago. 2022.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241–282, abr. 2013.

EINHARDT, A.; SAMPAIO, S. S. Violência doméstica contra a mulher - com a fala, eles, os homens autores da violência. **Serviço Social & Sociedade**, n. 138, p. 359–378, ago. 2020.

ELIAS, I. DE S. C. **Discurso de Ódio Contra Mulheres: Estudo Sobre a Cultura do Cancelamento Proferido nas Mídias Sociais e Análise de Caso**. Mestrado—Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC: [s.n.].

ERNST-PEREIRA, A. **A Falta, o Excesso e o Estranhamento na Constituição/Interpretação do Corpus Discursivo**. Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso. **Anais...** In: IV SEAD . 2009. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/4SEAD/SIMPOSIOS/AracyErnstPereira.pdf>>

FERNANDES, C.; VINHAS, L. I. Da Maquinaria Ao Dispositivo Teórico-Analítico: A Problemática Dos Procedimentos Metodológicos Da Análise Do Discurso. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 19, n. 1, p. 133–151, 1 jan. 2019.

GIACOIA, G.; SANTOS, J. R. DOS. Discurso de Ódio e Psicologia das Massas: O Poder Destrutivo das Palavras. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 36, n. 2, 1 ago. 2020.

GLICK, P.; FISKE, S. T. Ambivalent Sexism Revisited. **Psychology of Women Quarterly**, v. 35, n. 3, p. 530–535, 31 ago. 2011.

GOULART, A. D. **Experiência interventiva em Grupo Psicoeducativo com Homens Autores de Violência contra a Mulher (GPHAV)**. Mestrado—UFCSPA: [s.n.].

GOULART, L. DOS S.; BOECKEL, M. G. Grupo Psicoeducativo Com Homens Acusados De Violência (Gphav) Contra A Mulher: Concepções Acerca Das Violências. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 7, 3 jul. 2024.

GUILLÉN-NIETO, V. **Hate Speech: Linguistic Perspectives**. [s.l.] De Gruyter Mouton, 2023.

GUTMANN, V. L. R. et al. Abordagens de prevenção voltadas aos homens autores de violência contra mulheres: revisão de escopo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 59, 2025.

HINTZE, H. Desnaturalização radical do machismo estrutural - Primeiras aproximações. In: **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. [s.l.] Paco editorial, 2021.

JÚNIOR, F. F.; DANTAS, A. C. D. M. E S.; SILVA, R. L. DA. Implicações Penais do Linchamento Virtual com Foco no Comportamento Sexual da Mulher: Disseminação do Discurso de Ódio nas Relações de Gênero sob uma Perspectiva Criminológica Feminista. **Cadernos de Direito**, v. 19, n. 37, p. 171–189, 9 dez. 2020.

JÚNIOR, R. S. DE F.; PORTAL, M. S. Violência Doméstica Contra a Mulher: Narrativas de uma Barbárie Silenciada. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 10, n. 23, p. 161–178, 17 jun. 2023.

Lei Nº 11.340. , 2006. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>

LIMA, C. L. DA S. **O Interdiscurso Nas Comunidades Virtuais Antifeministas De “Shitpost” E O Uso Do Termo “Feminazi” Como Processo De Discriminação E Vulgarização Da Mulher Em Estudo Funcionalista E Cognitivista**. Dissertação—Universidade Federal Rural de Pernambuco: [s.n.].

LØKKEBERG, S. T. et al. Digital Violence and Abuse: A Scoping Review of Adverse Experiences Within Adolescent Intimate Partner Relationships. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 25, n. 3, 11 out. 2023.

MARTÍNEZ-BACAICOA, J. et al. The Role of Gender and Sexism in the Moral Disengagement Mechanisms of Technology-Facilitated Sexual Violence. **Computers in Human Behavior**, v. 152, p. 1–10, 1 mar. 2024.

MORAIS, M. F. DE ; CHAVEIRO, M. M. R. DE S. Masculinidades Hegemônicas E Violência Contra Mulheres Nas Mídias: Críticas Ao Movimento Redpill. **Revista Humanidades e Inovação** , v. 11, n. 3, 2024.

MURATORE, M. G.; VILLANTE, C.; SCARNICCHIA, L. Looking at Gender Stereotypes to Fight Gender Based Violence. **RASSEGNA ITALIANA DI CRIMINOLOGIA**, v. 3, p. 211–225, 30 set. 2023.

OLIVEIRA, B. S. M. DE . **Extremismo e lutas por falso reconhecimento : uma análise dos grupos masculinistas brasileiros**. Dissertação—Universidade Federal de Minas Gerais: [s.n.].

OLIVEIRA, J. F. DE ; SILVA, R. L. DA . As Lições da Justiça Global para o Enfrentamento dos Discursos de Ódio Contra Mulheres na Internet. **Argumenta Journal Law**, v. 35, p. 533–562, 2 dez. 2021.

ORLANDI, E. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 12. ed. [s.l.] Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. O Próprio da Análise de Discurso . **Escritos nº 3 Discurso e Política**, v. 3, p. 17–22, 1998.

PECHEUX, M. **Semântica e Discurso: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio**. [s.l.] Editora Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, M. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 19, 2012.

RAMOS, M. D. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 53–73, abr. 2012.

REBS, R. R. O excesso no discurso de ódio dos haters. **Fórum Linguístico**, v. 14, p. 2512–2523, 24 nov. 2017.

RIBEIRO, L. A. C. **Pandemia Feminista: um Estudo de Caso sobre Discurso de Ódio de Gênero no Instagram**. Mestrado—PUC-RIO: [s.n.].

SANTOS, A. C. H. DOS; NEVES, F. DE B. C.; REIS, T. L. A objetificação dos corpos femininos: uma reflexão fenomenológica existencial. **Revista Mosaico**, v. 11, n. 2, p. 154–160, 2 dez. 2020.

SANTOS, P. H. S. DOS. Red Pill e a violência contra as mulheres. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 6, p. 1–13, 17 jun. 2025.

SECCO, J. M. F. **Expressões Narrativas e Significados Atribuídos às Masculinidades em Postagens na Rede Social Reddit**. Mestrado—PUC-SP: [s.n.].

SILVA, B. C. DE S. L. E. **MASCULINISMO: misoginia e redes de ódio no contexto da radicalização política no Brasil**. Tese—PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS: [s.n.].

SILVA, J. ROCHA C. DE Q. E ; SANTANA, I. J. A construção da sociedade patriarcal no Brasil e a naturalização da violência contra a mulher. In: **Desnaturalização do machismo estrutural na sociedade brasileira**. [s.l.] Paco editorial, 2021.

TAMARIT-SUMALLA, J.-M.; MALPICA-LANDER, C.; FERNÁNDEZ-CRUZ, V. Co-Occurrence of Online and Offline Victimization: A Latent Class Analysis in University Students. **Social Sciences**, v. 11, n. 1, p. 16, 6 jan. 2022.

VIEIRA, T. C. et al. Integrative review of the Brazilian literature on batterers. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 41, 1 jan. 2024.

6 CONCLUSÃO GERAL

A disposição à escuta desses homens foi a realização metodológica essencial para encarar o poder do machismo estrutural que perpassa a sociedade e se manifesta na violência contra a mulher. A observação de uma FD Machista Estruturante, manifestada pela confluência entre três aspectos interdependentes 1) crenças de gênero biologizantes e restritivas; 2) reacionarismo frente às conquistas feministas ou antifeminismo; e 3) defesa e instrumentalização da violência como mecanismo legítimo de resolução de conflitos, aponta para a relação direta entre discursividade e violência. Os resultados mostram que o problema da violência contra a mulher não é um fenômeno isolado, mas sim manifestação de uma ideologia corrente. A violência contra a mulher aparece em um contexto de disputa vasto, onde o machismo como estrutura de coerção social ainda sustenta imaginários de dominação e hierarquia de gênero. O reacionarismo antifeminista observado ressoa com a disseminação de ódio contra a mulher de movimentos que vem ganhando força na atmosfera online.

É importante notar o contexto em que esta pesquisa se encontra, pois traz influências para a análise. O corpus analisado refere-se a edições de um grupo psicoeducativo fechado e de caráter sigiloso, motivado por decisão judicial como cumprimento de pena alternativa a crimes contra a mulher previstos na Lei Maria da Penha, onde seus participantes ali estão não por sua vontade mas por imposição e sob risco de agravamento de seu processo em caso de descumprimento. A condução do grupo, ainda que diferente pelo estilo pessoal de cada profissional, também mantém influência e pode levar, inclusive, a própria equipe de Psicologia na facilitação do grupo a ser vista como representantes do poder judiciário, ainda que não possuam formalmente essa posição. Isso pode ser evidenciado: na fala protocolar de introdução de cada encontro, utilizada sob o fim de instigar o comparecimento e participação nas atividades do protocolo, mas que lembra: “Este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum” (Apêndice A); nos pronomes de tratamento “doutor” e “doutora” frequentemente utilizados pelos participantes ao abordar os facilitadores; ou, ainda, em questionamentos e pedidos de ajuda quanto à ação judicial em si mesma.

A perspectiva de que escutamos nestes homens os efeitos de uma rede discursiva mais complexa do que a si mesmos, não os imuniza de responsabilidade, ao contrário, reforça a necessidade de que cada um possa reconhecer-se como parte ativa na manutenção ou transformação das estruturas de poder que atravessam a todos. A

presente dissertação sustenta que os Grupos Reflexivos de Gênero são espaços de problematização de crenças naturalizadas e legitimadoras de violência, ou facilitadores de fissuras nas Formações Discursivas relacionadas à manutenção da violência, como a FD Machista Estruturante. Os sujeitos ensaiam novas interpretações de gênero, violência e responsabilidade, são instigados a contestar crenças biologizantes e falaciosas sobre a mulher e sobre relacionamentos, e, também, a desenvolver novos caminhos de mediação de conflitos. Os deslizamentos observados, em especial da naturalização da violência para a autorresponsabilização, demonstram a potencialidade da intervenção do GPHAV-online. Com esta pesquisa, espera-se incentivar novos trabalhos sobre o discurso de ódio como problema do campo da saúde, assim como o desenvolvimento de estratégias reflexivas que levem em consideração os fenômenos discursivos para seu tratamento, fortalecendo a compreensão crítica das relações de poder e oferecendo subsídios para políticas e práticas preventivas mais efetivas. .

APÊNDICE A

Protocolo GPHAV-online (Adaptação Virtual do Protocolo de Intervenção Psicossocial e Psicoeducativo em Grupo com Homens Autores de Violência Contra a Mulher)

Encontro 1 - Introdução ao Grupo

Encontro 2 - Gênero e vida a dois (Grupo Focal)

Encontro 3 - Gênero e Sociedade

Encontro 4 - Mitos, Gênero e Machismo

Encontro 5 - Violência

Encontro 6 - Reconhecendo as Emoções

Encontro 7 - Manejo da Raiva

Encontro 8 - Gênero e vida a dois (Grupo Focal) e Encerramento

Orientação para moderador e co-moderador: Para o melhor funcionamento dos encontros, a apresentação dos slides deverá ser tarefa do comoderador, que ficará encarregado de editá-los sempre que houverem atividades de "registrar no PowerPoint". Durante a apresentação e edição, o moderador irá coordenar o grupo e suas discussões.

Sobre a avaliação de Processo:

No início e no final de cada encontro foram acrescentadas notas para a Avaliação de Processo. São notas que se repetem a cada encontro.

No início: avaliaremos a "Dose Recebida" por cada participante de uma semana para outra, o que cada pessoa conseguiu apreender sobre o encontro que passou.

No final: avaliaremos a "Satisfação do consumidor", que se refere a quanto cada pessoa gostou, se sentiu à vontade e compreendeu o encontro. Aqui também entra o aspecto satisfação de cada participante com o grupo.

Os demais itens da avaliação de processo são avaliados a partir de observação do encontro.

ENCONTRO 1 - BOAS-VINDAS

Início: Apresentação dos facilitadores e do objetivo do encontro de apresentar a proposta do grupo (explicar) e conhecer os participantes.

Atividade 1: *Esclarecer acerca da organização dos encontros:* formato, duração,

horário, objetivos, sigilo, demais regras do grupo e temas que serão trabalhados nos encontros. (Modelo descrito abaixo). Explicar e abrir espaços para novas regras. Após, enviar para o grupo do WhatsApp uma cópia do documento. Utilizar da analogia do “medicamento” (ressaltar a importância de estar presentes em todos os encontros para que possam colher os benefícios do mesmo, assim como o remédio que precisa ser tomado frequentemente quando se está fazendo um tratamento - tomar só um ou outro dia não trará os benefícios do tratamento). Explicar sobre a necessidade de se participar de todos os encontros.

“Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Faltar é descumprir a regra do Foro. Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum. Que bom que todos estão aqui”

Tempo: de 15 a 25 minutos.

ENCONTRO 1 - GRUPO REFLEXIVO - Combinações

1. Este é um grupo psicoeducativo criado para o público masculino, especialmente com homens acusados/autores de violência contra mulher, nosso objetivo é compartilhar informações, percepções e experiências no grupo sobre o que é ser homem hoje, autocuidado e cuidado das relações, manejo do estresse, emoções, sentimentos e como resolver conflitos no dia a dia e na vida a dois. Essa é uma oportunidade muito rica, pois há o apoio mútuo e a construção de novas ideias. O formato não é de curso, todos participam, sempre com a mediação dos facilitadores.
2. Os encontros ocorrem nos dias ... (datas) , das (horário). Eventuais alterações serão avisadas pelos coordenadores aos participantes com antecedência.
3. Serão 9 encontros com duração máxima de: 1h45;
4. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo.
5. Em caso de atraso, o limite tolerável é de 15 minutos para não prejudicar o andamento do grupo. Não serão aceitos participantes na sala após esse limite, sendo considerada uma falta.
6. Para o melhor andamento do grupo, é essencial que as câmeras permaneçam abertas e o microfone desligado (apresentar o mecanismo da “mãozinha” do

meet). Os facilitadores auxiliarão na organização da fala de cada um com o objetivo de evitar que falem ao mesmo tempo. Provavelmente acontecerá de interrompermos vocês durante alguma fala, mas não é nada pessoal, o objetivo é mantermos o foco do grupo e controle do tempo.

7. Organize seu espaço, busque o lugar mais privado possível (sem a presença de outras pessoas) e use fones de ouvido na hora do nosso encontro. Conversaremos questões pessoais e você e os demais participantes se sentirão melhor estando resguardados.
8. Conforme já conversamos individualmente com cada um de vocês, os encontros serão gravados com o objetivo de desenvolver estudos científicos. De nenhuma forma haverá divulgação em redes, na mídia, ou demais meios das imagens e vídeo.
9. Sigilo e anonimato são regras do grupo, ou seja, a identidade dos participantes precisa ser preservada, não pode ser exposta em nenhum meio.
10. No grupo há o respeito às diferentes opiniões.
11. O respeito é mantido por todos; cada um fala na sua vez. Se alguém estiver falando, o outro espera a sua vez de falar.
12. Eventuais situações que surgirem sobre as regras, serão discutidas no grupo, com a coordenação.
13. Faltas, atrasos e saídas antes do término do encontro não são permitidas. Para o bom andamento da atividade, é necessário participar de todos os encontros, no horário estipulado. Conforme combinações com o juiz (juíza), vocês precisam participar do grupo.
14. Será criado um grupo de WhatsApp para nossa comunicação. Serão permitidas mensagens única e exclusivamente relacionadas a organização do grupo. Outras mensagens, com outros conteúdos, serão deletadas pelos facilitadores. O link dos encontros estará disponível no grupo do WhatsApp.

Nota: Caso seja questionada a obrigatoriedade da participação no grupo, lembrar o participante acerca do momento da audiência em que concordou com o pedido do juiz (juíza) para que participasse dessa atividade. *“Não é possível saber as consequências exatas de não participar; porém, constará em seu processo que não cumpriu a recomendação do juiz (juíza)”*... *“Para que seja registrado no processo o cumprimento dessa recomendação, o participante precisa de 09 presenças confirmadas, incluindo a entrevista inicial”*... *“Caso não termine todos os encontros, a recomendação*

permanecerá em aberto e será necessário recomençar todos os 09 encontros”.

Atividade 2: *Participantes se apresentam:* Solicitar que cada participante fale sobre si, se apresentando aos demais. Dar um exemplo para iniciar, como: nome, idade, o que gosta de fazer e uma característica positiva.

Tempo: 15 minutos, de acordo com número de participantes.

Atividade 3: *Dinâmica “Imagens ambíguas”:* “Agora, nesta atividade, vamos mostrar umas imagens e queremos ouvir o que vocês percebem.” Apresentar as imagens nos slides, imagem por imagem (slides 2 a 6): “Qual a primeira imagem que enxergam?”. A partir do que é discutido, explicar sobre as percepções: “a forma com que vemos as situações são aprendidas pelas experiências prévias e variam de pessoa para pessoa; às vezes erros ocorrem por focarmos em apenas uma parte da situação.” Explicar que nos encontros que seguem vamos trabalhar sobre estas percepções e sobre como podemos ampliar a forma com que vemos as situações (“nos encontros seguintes, iremos trabalhar mais sobre essas percepções e como podemos ampliar a forma que vemos as situações”).

Tempo: 15 minutos.

Atividade 4: *Expectativas de cada um no grupo:* Iniciar com a seguinte frase: “O grupo é um espaço para se discutir novas formas de lidar com emoções, conflitos, dificuldades, bem como receber apoio (...). Este é um grupo onde todos participam para refletir juntos”. Em seguida, levantar as expectativas do grupo, a partir das seguintes perguntas, solicitando que cada um pense individualmente:

“O que eu espero do grupo?”

“O que eu espero de mim?”

Após aproximadamente 1 minuto, solicitar que compartilhem no grupo as suas respostas. Registrar no documento do PowerPoint (slide 7), todas as expectativas que surgirem. Depois da fala de todos, questionar ao grupo como podemos resumir todas essas ideias. “Como podemos resumir essas ideias? Se escolhêssemos uma palavra ou uma frase, ou um título, qual seria? Pensem livremente, não há certo, nem errado: o

que vem em mente?” Discutir acerca disso.

Tempo: 20 minutos.

Encerramento: Perguntar: *“O que acharam do encontro? Como se sentiram? Como foi fazer o encontro virtual?”*

Tempo: 5 minutos.

** Caso sobre tempo neste encontro: sugere-se retomar a tarefa da apresentação solicitando que os participantes tragam outras características que queiram compartilhar (caso de participantes mais reservados).

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 2 - GRUPO FOCAL

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *“Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o “praticar”, muitas vezes, começa com o “pensar” e o “querer”, para depois virar “fazer”.*

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? (pausa). O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o primeiro encontro, no qual falamos sobre a forma que cada pessoa percebe as coisas, como cada um vê...”*

2) *Estamos iniciando o grupo, mas que reflexões o início desse grupo trouxe?**

**Estar participando do grupo.*

Tempo: 5 minutos.

Introdução do Grupo Focal: *“Hoje faremos uma atividade voltada para escutá-los, conhecer a opinião de vocês. Lembrando que o objetivo principal dos nossos encontros é o de compartilhar informações, percepções e experiências no grupo. Essa é uma oportunidade muito rica pois há o apoio mútuo e a construção de novas ideias.”*

Tempo: 2 minutos.

Atividade 1: Grupo Focal: Solicitar que os participantes discutam no grupo sobre as seguintes perguntas que serão expostas via PowerPoint (slides 8 a 17), expondo um slide por vez e convidando os participantes a refletirem sobre as questões. Abrir espaço para o debate no grupo.

“Então agora pessoal, a gente vai trazer algumas perguntas e gostaríamos de ouvir a

opinião de vocês, lembrando que não há certo e nem errado. A opinião de vocês é muito importante”.

“O que é ser homem?”

“Em quais momentos você se sente mais homem?”

“O que é ser mulher?”

“Como eu resolvo meus problemas na vida a dois?”

“O que você gostaria de fazer diferente para resolver seus problemas na vida a dois?”

“Como eu me sinto quando tenho um problema na vida a dois?”

“Quando tem um problema no meu relacionamento íntimo, qual a minha responsabilidade?”

“Quando falamos a palavra emoções, o que vem na cabeça de vocês?”

“O que é machismo?”

“O que é feminismo?”

Tempo: De 5 a 8 minutos para cada questão. 1 hora de atividade.

Encerramento: Pedir para cada participante dizer em uma palavra ou frase sobre o que mais marcou nas discussões realizadas neste encontro.

Tempo: 5 minutos.

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 3 - GÊNERO E SOCIEDADE

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o "praticar", muitas vezes, começa com o "pensar" e o "querer", para depois virar "fazer".*

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

- 1) Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual ouvimos as diferentes opiniões de vocês sobre vários temas que serão abordados nos próximos encontros. (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior)*
- 2) Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

19h15 Atividade 1: *Dinâmica do Marciano:* Iniciar com a história do Marciano, na qual um ser de outro planeta (Marciano) vem até a Terra, na busca de melhor compreender as diferenças entre os homens e as mulheres, sem falar sobre os corpos destes. Em seguida, convidar os participantes a listar características que consideram femininas e masculinas para ajudar o Marciano a entender o que é homem e o que é mulher (sem falar sobre os corpos). Ao longo do processo, encorajar os participantes a pensar acerca dos aspectos emocionais e comportamentais. Registrar no PowerPoint (slide 18) as características por eles mencionadas, com uma linha separando o que se refere a mulher e o que se refere ao homem.

“Vamos imaginar que hoje a gente tem um visitante no grupo, um visitante bem especial, não é todo dia que temos uma visita dessas, é um visitante que vem de outro planeta, de Marte, e que está muito confuso.... Ele chegou faz pouco aqui na terra e teve algumas coisas que ele já entendeu, ele abduziu algumas pessoas, já estudou um pouco de biologia, mas tem uma parte que ele ainda não pegou. Ele está com dificuldade para entender melhor como diferenciar os homens e as mulheres, sem que ele precise analisar o corpo deles. E aí, gostaríamos que a gente pensasse juntos, como é possível ajudar ele, quais são características de homens e de mulheres”.

Tempo: 15 minutos.

19h30 Atividade 2. *Machismo X Feminismo:* Iniciar a reflexão sobre a construção social do machismo e do feminismo, por intermédio das definições para o grupo em PowerPoint (slide 19 a 21). Solicitar ao grupo para que complete as lacunas abaixo.

Perguntar: *“Ainda pra ajudar esse marciano, ele me mostrou duas frases, mas tinha uma parte faltando, então será que vocês podiam ajudar a pensar o que é cada uma das definições?”*

_____ é o conceito que se baseia na ideia de dominação e de poder de um sob o outro, gerando desigualdade.

* Link com o encontro anterior (grupo focal), conversar sobre as concepções trazidas

anteriormente.

_____ é o conceito que se baseia na ideia equidade e de igualdade de direitos.

* Link com o encontro anterior (grupo focal), conversar sobre as concepções trazidas anteriormente.

A partir disso, iniciar a reflexão sobre machismo e feminismo entendidos como construções sociais. Compartilhar o slide 18 do anexo 1 editado pelo facilitador, que deve retirar a linha do meio e destacar que todas as características ali descritas se referem a “seres humanos”, independente de ser mulher ou homem.

* Fique atento para os estereótipos de gênero e auxilie na ampliação das concepções dos homens a respeito da discussão proposta.

Tempo: 35 minutos.

Atividade 3. Igualdade e Equidade: Apresentar a imagem acerca de equidade (Imagem “muro”, slide 22) e Questionar: “*Qual a diferença entre igualdade e equidade?*”. Igualdade é dar às pessoas as mesmas oportunidades; Equidade tem a ver com justiça, é adaptar as oportunidades às pessoas”.

Tempo: 5 minutos.

20h05 Atividade 4: Assistir o vídeo *Masculinidade Tóxica*.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=J26TDgBz3MI> (4min.)

Perguntar: “*O que chamou atenção no vídeo sobre ser homem hoje?*”. Discutir os conceitos apresentados e retomar os prejuízos da masculinidade tóxica para todos e todas, especialmente neste momento de vida dos participantes.

Tempo: 15 minutos.

20h20 Encerramento: *“Pedimos que observem no dia a dia de vocês os aspectos discutidos aqui hoje”.*

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) *Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) *O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) *Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) *Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) *Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 4 - MITOS, GÊNERO E MACHISMO

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *“Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o “praticar”, muitas vezes, começa com o “pensar” e o*

“querer”, para depois virar “fazer”.

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? (pausa). O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre masculinidade, equidade... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior)*

2) *Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

Iniciar retomando a tarefa de encerramento do encontro anterior (*solicitar que observem os aspectos discutidos hoje durante a semana, em seus cotidianos*). “Gostaríamos de saber quais as observações que vocês fizeram sobre os aspectos que discutimos no encontro passado. Quem gostaria de começar?”

Tempo: 3 minutos.

Atividade 1: Questionar: “O que é mito?”. Explicar sobre o conceito de Mito utilizado: “Mito é algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada.”

Tempo: 5 minutos.

Atividade 2: *Frases:* Mostrar em slides (slides 23 a 27) as frases (Homem que é homem não chora e não leva desaforo para casa; Homens perdem a cabeça mais fácil do que as mulheres; Meninas só brincam de bonecas e meninos só brincam de luta; Apenas a mulher deve discutir as questões da relação amorosa; É somente a mãe que deve cuidar dos filhos) e convidar os participantes, um a um, a lê-las em voz alta. A cada leitura, discutir e refletir a respeito das afirmações anteriores, a partir dos questionamentos*:

“Onde aprendemos essa ideia?”

“O que vocês acham dessa ideia?”

“Como isso aparece na relação a dois/amorosa?”

* Enquanto acontece a discussão, lembrar que estamos refletindo sobre os mitos, inverdades.

“Esses mitos ainda existem na nossa sociedade. Algumas pessoas ainda acreditam em alguns desses mitos, outras pessoas já não acreditam. Por isso, queremos discutir para poder repensar essas ideias”

Ainda, a cada leitura, convidar os participantes a repensarem as frases enquanto o facilitador reescreve no slide, uma a uma. *“A partir da nossa discussão, o quê podemos alterar na frase para deixar de ser um mito? Como podemos reescrever cada frase*?”*
Ler em voz alta, ao final.

* As frases podem ser reescritas, mudando sua estrutura - podem usar as suas palavras.

Tempo: 50 minutos.

Atividade 3: *Assistir o vídeo:* Trailer documentário “Precisamos falar com os homens? Uma jornada pela igualdade de gênero”.

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJ64IPTAMSU>

Tempo: 5 minutos.

Encerramento: Discussão sobre o vídeo e fechamento do encontro, solicitar que os participantes expressem suas impressões sobre o encontro de hoje.

Tempo: 10 minutos.

* Entregar o link do documentário completo ao final do encontro aos participantes através do grupo de WhatsApp.

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) *Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) *O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) *Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) *Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) *Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 5 - ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITO

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o "praticar", muitas vezes, começa com o "pensar" e o "querer", para depois virar "fazer".*

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver

faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre os mitos sobre gêneros - homem não chora... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior)*

2) *Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

Iniciamos com a seguinte fala introdutória:

“Esse encontro vai ser um pouco diferente. Vamos falar sobre temas mais relacionados ao que envolveu vocês com a Lei Maria da Penha, então é importante estar disponível para ouvir o que temos para falar (ficarmos com a cabeça fria). Sobre isso, hoje, (facilitadores) vamos falar mais do que nos outros encontros. Vamos inserir vocês em alguns momentos para buscar exemplos e aproximar o que estamos falando com a vida de vocês. Prestem bastante atenção e vamos discutir juntos”.

Atividade 1. Conteúdo e forma das mensagens: Apresentar os conceitos de conteúdo e forma. Focar não somente no conteúdo da mensagem, mas como é dito. Mostrar slide com exemplo (slide 28).

“Então, seguimos: quando falamos em violência, importante pensar sobre a forma como nos comunicamos. Antes da violência ser física, ela aparece na comunicação, verbal e não verbal. Todo mundo já recebeu um ‘bom dia’ atravessado, ou seja, que parecia mais um ‘mau dia’ do que um ‘bom dia’ verdadeiro. A forma como a gente se comunica (o tom de voz, o olhar, a postura) influencia muito na reação do outro. Nesse sentido, é importante compreender a diferença entre conteúdo e forma na comunicação”.

Conteúdo: o que é dito, é a palavra em si.

Forma: a maneira como é dito, o tom de voz, as expressões, a emoção. O jeito de falar. Por exemplo: a parceira está com pressa e acaba fazendo um pedido muito rápido, você entende como uma grosseria. Como em uma mensagem no Whatsapp, as vezes as pessoas querem dizer uma coisa, e o que a gente entende é outra.

Perguntar se há alguma dúvida e discutir os dois tópicos com o grupo.

Tempo: 15 minutos.

Atividade 2. Estilos de resolução de conflitos: Psicoeducar sobre os estilos de resolução de conflitos. evitação, ceder, submissão (ceder em alta intensidade), ataque (violência) e negociação, através da apresentação dos slides sobre cada um (slides 29 a 33). Discutir com o grupo um a um. Refletir acerca das consequências dos próprios atos, especialmente os atos motivados por emoções. Pedir exemplos e dar especial ênfase nas estratégias assertivas para resolver os conflitos (anexo 1, slides 34 e 35).

* Cuidado para falas de vitimização e não responsabilização

* Atenção para a possibilidade de falas de vitimação dos participantes no momento que se fala sobre submissão na atividade. Nesses casos, o enquadro deve ser precedido pela validação das queixas do homem (confrontação empática).

“Esses mal entendidos da comunicação podem não ser resolvidos e gerar problemas. Por isso, vamos agora falar sobre diferentes jeitos para resolver esses conflitos”.

Evitação: A evitação é a escolha de se afastar do conflito ao invés de dialogar ou tentar resolver na hora.

Complementar com a fala: *“Usar a evitação quer dizer se afastar fisicamente (sair e deixar a pessoa falando sozinha, por exemplo); ficar em silêncio ou não colocar suas ideias; ficar indiferente ou se negar em abordar o tema de conflito. Algumas vezes, quando os ânimos se elevam, é preciso se afastar da situação para voltar à calma. Mas, existem formas de fazer isso, para que não pareça má vontade ou grosseria, e sim, uma escolha pelo melhor, naquele momento. Assim que conseguir se acalmar, é importante voltar e resolver o conflito, dialogando e negociando”.*

Ceder: Ceder significa abrir mão de algo, considerando o outro.

Complementar com a fala: *“Ceder significa que a pessoa abre mão de algo com consciência e respeito, em prol da consideração que há pela pessoa com a qual se desentendeu. Para ser justo, é importante que em uma relação, as duas pessoas possam ceder; se não, quem sempre cede se sentirá injustiçado - por nunca ser ouvido ou atendido. Como em: ‘Eu cedi hoje porque acho que não vale a pena entrar nessa disputa’”*.

Submissão: A submissão significa obedecer ao outro, abrindo mão de suas necessidades e pontos de vista.

Complementar com a fala: *“Geralmente acontece quando alguém tem dificuldade de fazer valer a sua vontade, sendo compreensivo demais ou desistindo de expor suas ideias. Quem se submete, aceita a solução do outro mesmo sem concordar, em diversas situações”*.

* Em falas que os homens enfatizam a sua vitimização *“me submeti anos e anos, sempre fui eu que cedi, até que um dia segurei o braço dela e vim parar aqui”*.

Ceder x Submissão: Submissão é diferente de ceder.

Complementar com a fala: *“A submissão envolve o medo, a sensação de incapacidade, a dificuldade de expor suas vontades. Ceder é uma escolha, pois nem sempre é possível fazer valer nossa vontade”*. *“Quando o casal vai escolher o filme, em um dia específico, eu aceito a escolha dele - isso é ceder”*. *“Quando o casal vai escolher o filme, sempre é a escolha dele - isso é submissão”*.

Ataque/Violência: O ataque/violência significa ações ou atitudes que ferem ou machucam a pessoa com quem se está vivenciando um conflito.

Complementar com a fala: *“Quando a violência é empregada, ocorrem episódios de agressão, podendo ser de natureza psicológica, física, sexual, moral e patrimonial, que são classificações que vamos conversar mais no próximo encontro. A violência é uma forma de resolver os conflitos que não funciona, gera mais problemas e traz consequências para quem fez o ato violento, para quem estava do outro lado e para quem estiver por perto daquela situação, como filhos, vizinhos e outros”*.

Negociação: A negociação significa buscar acordos entre os envolvidos.

Complementar com a fala: *“Significa encarar os conflitos, as divergências, escutar o que o outro pensa e tentar encontrar uma solução que satisfaça ambas partes. Negociar implica em dialogar, em falar e ouvir (retomar conteúdo e forma) com o objetivo de construir soluções conjuntas. Na negociação é essencial escutar, ter flexibilidade e empatia, se colocar no lugar do outro”*.

Ao final, encerrar com a fala: *“O que fica para vocês desses tipos de resolução de conflitos?**”

* Cuidar para a postura de vitimização dos homens.

Tempo: 1h

Encerramento: *“No encontro de hoje trabalhamos conteúdos muito importantes. Devemos lembrar que são habilidades que precisam ser treinadas, como no futebol. O primeiro ponto é conhecer, agora é colocá-las em prática. Para isso, é preciso esforço, ninguém vira craque sem treino”*.

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 6 - RECONHECENDO A VIOLÊNCIA E LIDANDO COM

CONFLITOS

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o "praticar", muitas vezes, começa com o "pensar" e o "querer", para depois virar "fazer".*

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre estratégias de resolução dos conflitos... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior).*

2) *Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

Atividade 1. Tipos de violência: *"Esse encontro vai seguir a linha do anterior. Vamos continuar falando sobre temas mais relacionados ao que envolveu vocês com a Lei*

Maria da Penha, então é importante estar disponível para ouvir o que temos para falar (ficarmos com a cabeça fria). Como no encontro anterior, vamos falar mais do que nos outros encontros. Vamos inserir vocês em alguns momentos para buscar exemplos e aproximar o que estamos falando com a vida de vocês. Prestem bastante atenção e vamos discutindo juntos”.

Ler ao grupo para introduzir o tema do encontro:

“Lembrando que no encontro passado trabalhamos as diferentes formas de resolver os conflitos, hoje daremos foco a uma estratégia que traz prejuízos muito graves, o ataque/violência. Todos os casais têm conflitos e todas as pessoas têm conflitos para administrar na vida. A diferença é como resolvemos esses conflitos. A violência é uma forma ineficaz de resolução de conflitos que não pode ser utilizada na nossa sociedade. Essa é a ideia que vai guiar nosso raciocínio hoje”.

Tipos de Violência

“Partindo disso, agora vamos apresentar para vocês as diferentes formas de violência. As pessoas podem cometer violência sem saber, por isso é muito importante conhecer as diferentes violências que existem”.

Falar sobre os tipos de violência **praticadas***, esclarecendo dúvidas um a um (psicológica, física, moral, patrimonial e sexual): *“Vocês estão acompanhando? Ficaram com alguma dúvida?”* (slide 36 a 40).

Tempo: 30min

Atividade 2. Ciclo da Violência: *“Agora vamos apresentar o ciclo da violência no casal, ele não começa de uma hora para a outra, pode ter seu início pouco a pouco. É fundamental conhecermos todo o ciclo para podermos frear quando ele inicia”.*

Apresentar e explicar o ciclo da violência simplificado (slide 41). Dar ênfase no momento da tensão acerca de outras alternativas que existem para resolver os problemas apresentados.

Tempo: 15 minutos.

Solicitar que deem um exemplo de alguma violência no casal cometida por eles. Partindo disso, exemplificar o ciclo da violência detalhadamente (slide 42). Pode-se usar uma ou mais situações, de acordo com o tempo disponível.

* Atenção especial para o movimento de vitimização do grupo (violências praticadas pelas companheiras), a seguinte fala pode auxiliar no manejo da situação: *“Aqui é um lugar para falarmos sobre a acusação de violência que trouxe vocês aqui, assim como as mulheres denunciaram, vocês podem ir atrás do direito de vocês, mas esse não é o espaço para isso”*.

Tempo: 25-30 minutos.

Atividade 3. Dramatização - Lidando com as diferenças: *“Como vocês viram no ciclo, o conflito inicia quando a gente precisa lidar com uma diferença entre o que queremos e pensamos e o que o outro quer e pensa. Essa etapa é fundamental, pois aqui é que freamos o início das agressões. Lembram do encontro passado, quando falamos sobre o jeito como a gente se comunica? (a situação do copo - “me alcança o copo, por favor”) E sobre as estratégias de negociação, evitação e ceder? Agora vamos usar tudo isso, vamos ver na prática algumas situações. A ideia é encenar. É para ser divertido, pessoal! Existem dois atores voluntários aí?”*

Convidar o grupo a dramatizar situações conjugais que envolvam lidar com as diferenças do cotidiano. Os coordenadores do grupo incentivam para conectar com situações reais, norteando a cena com comentários que auxiliem na diversidade de estratégias e na regulação emocional.

Recursos da dinâmica

Levantar a mão (Google Meet), falas dos facilitadores - “Isso aí” “Pare” e “Não, tenta outra estratégia/outro jeito”. Os facilitadores podem pedir para congelar a cena quando desejar, para fazer sinalizações durante a dramatização e/ou questionar a opinião do grupo. Importante lembrar acerca da regulação emocional.

Os integrantes que não estiverem dramatizando poderão também levantar a mão para complementar com alguma ideia ou observação.

Discutir sobre a cena e também sobre as consequências das atitudes dramatizadas, a

longo prazo.

Escolher de uma a duas vinhetas a serem dramatizadas. Caso a discussão seja muito breve, incluir outros atores voluntários e utilizar mais vinhetas.

“O casal está saindo para passear. ela quer ir no parque e ele no shopping. Como negociar?”

“O filho não se comportou bem, um acha que tem que colocar de castigo e o outro não. Como negociar?”

“Ele quer ir jogar com o amigo e ela não quer que ele vá. Como resolver?”

“Ele chegou em casa após um dia difícil, exausto e ela chama pra resolver tarefas da casa, consertar uma luminária. Ele não está a fim e ela insiste muito. Como resolver?”

Tempo: 35-45 min

Encerramento: *“No encontro de hoje trabalhamos conteúdos muito importantes, novamente. Devemos lembrar que são habilidades que precisam ser treinadas, como no futebol. O primeiro ponto é conhecer, agora é colocá-las em prática. Para isso, é preciso esforço, ninguém vira craque sem treino, então vamos treinar no dia a dia. Prestem atenção em outro fator que faz parte do processo: as emoções sentidas por vocês, pois falaremos sobre isso no próximo encontro”.*

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 7 - RECONHECENDO AS EMOÇÕES

Início: Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo, necessidade de estarem presentes). *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum."*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o "praticar", muitas vezes, começa com o "pensar" e o "querer", para depois virar "fazer".*

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre o ciclo da violência, sobre estratégias de resolução dos conflitos... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior).*

2) *Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

Introduzir o tema acerca do *mindfulness*: “Pessoal, hoje o encontro será sobre emoções, para isso é muito importante que estejamos confortáveis, relaxados, tentando buscar tranquilidade. Vamos iniciar com um exercício de respiração (explicar respiração diafragmática). Então vamos começar respirando fundo, com calma, relaxando o corpo, pode ser? Então vamos lá: Vamos respirar juntos, inspira devagar, contém até “4” - 1..2..3..4, segura um pouquinho 1...2...3...4 - expira... 1...2..3..4 (repetir duas vezes a respiração) se puderem colocar a mão na barriga e perceber que na hora de inspirar a barriga sobe, e quando expira a barriga desce”.

Tempo: 3 minutos.

Atividade 1. Dinâmica - Reconhecendo as emoções: Trabalhar com o grupo reações fisiológicas, emoções, pensamentos e comportamentos. Trabalhar a importância do reconhecimento para se ter maior controle do comportamento, entender as funções do medo. “Na semana passada trabalhamos sobre os tipos de violência, o ciclo da violência do casal e sobre como lidar com as diferenças do dia a dia, lembram? Então, hoje vamos começar com um tema que sempre está presente nos conflitos: as nossas emoções, o que sentimos. Vamos ler uma frase que vai guiar o nosso encontro de hoje”. “Não controlamos nossas reações fisiológicas, mas podemos controlar o que fazemos com isso, ou seja, como reagimos” (slide 45)

Exemplo da situação do leão na selva.

(Slide 46, homem com o mapa na mão):

“Imaginem que estão se preparando para um safari na África, em que decidem sair sozinhos para conhecer alguns animais. Como é que poderíamos nos preparar para isso?”

(Slide 47, leão):

“De repente, enquanto estão distraídos tirando algumas fotos, percebem que ao seu lado está um enorme leão. Se imaginem nessa situação”.

(Slide 48, homem pensando):

Instigar a reflexão sobre os pensamentos: “ O que vocês pensariam nessa hora?”

(Slide 49, reações fisiológicas do medo):

“Notem que nesse momento começa a aparecer uma série de sinais no corpo. Quais sinais vocês perceberiam?”

(Slide 50, medo):

“Esses são sinais do medo”. Conversar sobre o medo.

(Slide 51, esquema didático)

“Vamos perceber agora que há uma série de fatores acontecendo ao mesmo tempo. Primeiro temos um contexto no qual a situação está acontecendo: “Estou na selva e aparece um leão”. Isso desencadeia pensamentos e, ao mesmo tempo, uma série de reações fisiológicas. Nisso, a emoção (medo) já está presente. Como consequência, teremos comportamentos. Quais comportamentos podemos ter nessa situação? Que tipo de ação pode acontecer quando uma situação dessas está acontecendo?”. Explorar os círculos de forma didática retomando brevemente os exemplos trazidos.

(Slide 52 e 53, exemplos de comportamento)

Conversar sobre os comportamentos e suas possíveis consequências. *“Não controlamos nossas reações fisiológicas, mas podemos controlar o que fazemos com isso, ou seja, como reagimos”*. Dialogar sobre isso.

“Entenderam? Alguma dúvida?”

Tempo: 15 min

Atividade 2. Emoções básicas: Apresentação de slides com 1 slide para cada emoção, ALEGRIA, TRISTEZA, RAIVA E MEDO. Ir questionando as perguntas descritas no anexo (slide 54 a 57). Atenção especial nos sinais/pistas da raiva e medo, são semelhantes. *“Quais diferenças vocês percebem?”*.

“Agora vamos conversar sobre as emoções: alegria, tristeza, raiva e medo. Nascemos com elas. Sempre vão estar presentes na hora do conflito e elas muitas vezes vão influenciar nas ações que tomamos. Pensando na importância dessas emoções na nossa vida, queríamos convidar todos a fazerem um exercício junto conosco”.

(Slide 54)

Alegria - seguir o slide

(Slide 55)

Tristeza - seguir o slide

(Slide 56)

Raiva- seguir o slide

(Slide 57)

Medo - seguir o slide

Após, trabalhar a diferenciação entre raiva e medo

“O medo, vai dar a ideia de auto proteção e preservação. Sinais físicos do medo - visão ampliada, respiração ofegante, estar alerta a todos os mínimos sinais do ambiente, suor. O medo nos fará reagir buscando uma proteção”.

“Já a raiva prepara para a ação. Gera um sentimento de injustiça, de defesa e luta. Sinais físicos: palpitação, tensão e preparação para ação. Sentimos uma força intensa vindo principalmente nos pulsos e na mandíbula”.

Refletir criticamente sobre as consequências, mediando especialmente as não assertivas. Discussão no grupo sobre as FORMAS DE REAGIR. Pensar nas consequências das respostas que “não funcionam” e trabalhar outras alternativas “que funcionam”. Um dos moderadores anota os pontos trazidos referentes ao slide sobre a raiva (utilizaremos as anotações da emoção raiva no próximo encontro, para isso, os facilitadores devem passar a limpo as anotações no slide 58).

Tempo: 60 minutos.

Atividade 3: Ler o Conto “A Fúria e a Tristeza”, adaptado pelos autores (Jorge Bucay, Contos para Pensar) e refletir com o grupo.

“Era uma vez uma lagoa de água cristalina e pura onde nadavam peixes de todas as cores.

Em um belo dia, a tristeza e a fúria que andavam por ali resolveram nadar juntas.

As duas tiraram os vestidos e, sem roupa, entraram na água...

A fúria, que tinha pressa e senso de urgência (como sempre acontece com a fúria),

se molhou rapidamente e ainda mais rápido, saiu da lagoa...

Mas a fúria é cega ou, pelo menos, não percebe a realidade com clareza. Por isso, sem roupa e apressada, colocou, ao sair, o primeiro vestido que encontrou....

Acontece que aquele vestido não era o dela, mas o da tristeza...

E assim, vestida de tristeza, a fúria foi embora.

Muito serena e disposta a ficar sempre no lugar onde estava, a tristeza terminou o seu banho e, sem pressa, saiu da água...

Na margem, a tristeza percebeu que sua roupa não estava mais lá.

Como todos sabemos, se tem algo que desagrade a tristeza é ficar pelada. Por isso,

vestiu a única roupa que havia junto da lagoa: o vestido da fúria.

Contam que, desde então, muitas vezes nos encontramos com a fúria, cega, cruel e terrível. Mas se olharmos com mais calma e cuidado, conseguimos perceber que essa fúria que estamos vendo não passa de um disfarce e, por trás do disfarce da fúria, está, na verdade, escondida a tristeza.”

“Faz sentido para vocês? O que acharam? Vocês já viveram isso em algum momento?”

Tempo: 10 minutos.

Encerramento: *Mindfulness e fechamento: “Como foi a experiência para vocês? O que vocês sentiram? É importante lembrar disso no dia a dia, podem usar na vida de vocês como um recurso. Como já dissemos outras vezes, ninguém vira craque de futebol de um dia para o outro. E mesmo o craque precisa treinar.”*

Tempo: 10 minutos.

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 8 - MANEJO DA RAIVA

Início: *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido, celular carregado e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros. Não é permitido faltar e quem faltar não poderá seguir mais neste grupo. Faltar é descumprir a regra, que bom que estão aqui". "Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum".*

Avaliação de Processo - Dose Recebida: *"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isso, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o "praticar", muitas vezes, começa com o "pensar" e o "querer", para depois virar "fazer".*

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) *Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre as emoções, sobre a raiva... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior)*

2) *Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?*

Tempo: 5 minutos.

Atividade 1. Relacionar com o encontro anterior: *“Como vimos no encontro passado, todos nascemos com as emoções básicas (alegria, tristeza, raiva e medo) e cada uma tem uma função na nossa vida. Todos nós sentimos elas, mas o mais importante é como reagimos. Nesse sentido, a raiva é uma emoção que pode prejudicar a si e aos outros se não for bem manejada.”*

Retomar a definição: A raiva prepara para a ação. Gera um sentimento de injustiça, de defesa e luta. Sinais físicos: palpitação, tensão e preparação para ação. Sentimos uma força intensa vindo principalmente nos punhos e na mandíbula.

Apresentar slide encontro 6 (slide 58) sobre a raiva com os exemplos trazidos por eles. Caso o grupo tenha tido dificuldade em exemplificar no encontro 6, os moderadores podem trazer exemplos.

Tempo: 3 minutos.

Atividade 2. *Externalizando a raiva:* Pedir para cada participante referir o que pensa sobre a questão: *“Agora vamos usar a nossa imaginação mais livremente, não há certo nem errado. Então, convidamos vocês a pensarem o seguinte: Se a sua raiva fosse uma*

forma, uma coisa, um personagem, se a sua raiva fosse uma cor, um animal, um objeto, como seria? Vamos deixar um minuto (1 min) para pensarem” (slide 57). Registrar em uma folha à parte os conteúdos trazidos e retomar com o grupo as diferentes possibilidades narrativas acerca da raiva.

“A raiva tem características muito particulares, é importante poder enxergar, reconhecer ela, para poder agir diferente. Não deixar que ela nos domine.” Explorar os exemplos trazidos.

Tempo: 20 minutos.

Atividade 3. *Estratégias assertivas para lidar com a raiva:* Questionar: *“Essa forma de olhar e enxergar a raiva nós aprendemos ao longo da vida, pensando nisso: Que lembranças vocês têm de pessoas com raiva na infância, na família, entre os amigos?”*. Após cada resposta, questionar os participantes: *“Como essas pessoas reagem à raiva que sentiam?”*.

Discutir com o grupo (com o objetivo de destacar as estratégias assertivas e ter crítica sobre as não assertivas).

Retomar com o grupo de forma geral as estratégias assertivas e não assertivas. Incentivar a reflexão acerca da ampliação do repertório de estratégias para lidar com a raiva, focando nas consequências e na responsabilização de cada ato/estratégia. Anotar as estratégias assertivas em formato de lista e ir retomando com os participantes (slide 61). Lembrar do exercício de respiração feito no encontro passado como uma ferramenta importante para ajudar a lidar com a raiva.

Tempo: 45 minutos.

Atividade 4: Apresentar ao grupo edição do documentário “O silêncio dos homens” (Edição encontro 8, atividade 4). *“Partindo de tudo que trabalhamos até aqui, o que acharam do vídeo?”*

Tempo: 20 minutos

Encerramento: *“Muito importante entendermos que as nossas atitudes hoje podem*

refletir experiências aprendidas no passado, mas é sempre tempo para mudarmos o presente e a geração futura. Não é porque eu aprendi isso com meus cuidadores, que eu preciso fazer o mesmo com os meus filhos, com as minhas companheiras e com as pessoas próximas. Então, é por isso que estamos aqui trabalhando novas possibilidades para escrever novas histórias. Como sempre falamos: é preciso esforço e treino. Pensem sobre isso ao longo da semana.”

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

- 1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?*
- 2) O que acham que podia ter sido melhor?*
- 3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?*
- 4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?*
- 5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?*

Tempo: 10 minutos

ENCONTRO 9 - GRUPO FOCAL E ENCERRAMENTO

Início: *"Pessoal, só lembrando as nossas combinações: sigilo, privacidade, uso de fones de ouvido e a necessidade da presença de vocês em todos os encontros".*
"Lembrando que este é um grupo realizado no Fórum Central, mesmo que cada um esteja na sua casa, quando entramos na chamada é como se estivéssemos entrando no fórum".

Avaliação de Processo - Dose Recebida:

"Gostaríamos de saber de que maneira nossos encontros e nossas conversas estão influenciando a relação de vocês com as pessoas próximas e com vocês mesmos, com relação ao manejo de suas emoções. Por isto, de hoje em diante, nós vamos sempre perguntar o que vocês estão praticando a partir de tudo que temos conversado e visto

no grupo. Quando dizemos praticar, queremos dizer planejar algo, desejar algo ou fazer algo que tenha partido de nossos encontros. Acreditamos que o “praticar”, muitas vezes, começa com o “pensar” e o “querer”, para depois virar “fazer”.

* Lembrete para o coordenador, não precisa falar todo encontro, só quando alguém tiver faltado no primeiro ou em caso de dúvida.

1) Então, nesta semana que passou, em algum momento vocês pensaram, desejaram ou fizeram algo que foi aprendido a partir de nossos encontros e das reflexões feitas aqui? O que vocês praticaram nesta semana das coisas que nós temos conversado, sobre o encontro da semana passada, no qual falamos sobre como lidar e manejar a raiva... (temas do encontro anterior e link com o encontro anterior)

2) Você falou/conversou com alguém sobre o que tem aprendido aqui no grupo de homens ou sobre o grupo?

Tempo: 5 minutos.

Retomar brevemente as combinações do grupo (respeito às diferenças, sigilo). *“Hoje é o nosso último encontro e faremos novamente uma atividade voltada para escutá-los, ouvir a opinião de vocês. Lembrando que o objetivo principal dos nossos encontros é o de compartilhar informações, percepções e experiências no grupo. Essa é uma oportunidade muito rica pois há o apoio mútuo e a construção de novas ideias”.*

Atividade 1. Grupo Focal: Solicitar que os participantes discutam no grupo sobre as frases ou as perguntas que serão expostas via PowerPoint (slides 60 a 69). Expor um slide por vez e convidar os participantes a refletir sobre a questão. Abrir espaço para o debate no grupo.

“Vamos conversar sobre as frases a seguir. Essa é uma oportunidade de revisitar e refletir sobre os conteúdos que trabalhamos ao longo dos encontros”

* Atenção especial para a postura dos moderadores. Essa atividade 1 tem o objetivo de avaliação do protocolo, por isso é importante, primeiramente, ouvir as concepções dos

homens sem intervir.

Questões.

“O que é ser homem?”

“Em quais momentos você se sente mais homem?”

“O que é ser mulher?”

“Como eu resolvo meus problemas na vida a dois?”

“O que você gostaria de fazer diferente para resolver seus problemas na vida a dois?”

“Como eu me sinto quando tenho um problema na vida a dois?”

“Quando tem um problema no meu relacionamento íntimo, qual a minha responsabilidade?”

“Quando falamos a palavra “emoções”, o que vem na cabeça de vocês?”

“O que é machismo?”

“O que é feminismo?”

Após ouvir todas as concepções dos homens, retomar a reflexão crítica acerca de concepções muito distantes dos objetivos do protocolo (estereótipos de gênero, responsabilização da violência, estratégias de resolução de conflitos, manejo das emoções).

Tempo: aprox. 6 - 8 minutos para cada questão. 1h total.

Atividade 2: A partir dessa discussão e de todos nossos encontros, vamos pedir que cada um pense individualmente um exemplo do dia a dia que mostre quais mudanças ocorreram na forma de pensar ou agir. Vamos dar alguns minutos para que vocês pensem. Após, pedir para que cada um relate de forma breve o seu exemplo.

Tempo: 10 minutos.

Atividade 3: Apresentar edição documentário “O Silêncio dos Homens” (edição 8, atividade 3). Questionar brevemente o que acharam.

Tempo: 10 minutos

Atividade 4: Mindfulness

Tempo: 5 minutos.

Encerramento: Leitura da metáfora “As portas da vida” (slide 69)

Dinâmicas de Grupo, Histórias, Mensagens, Filmes e Muitas Atividades: Para dinamizar cursos, treinamentos, grupos de encontro e reuniões. Finamor, Romero & Rocha. Mensagem: As portas da vida. Página 203, 2008.

As Portas da Vida

"Se você encontrar uma porta à sua frente, pode abri-la ou não.

Se você abrir a porta, você pode entrar ou não em uma nova etapa.

Para você entrar você vai ter que vencer a dúvida, o medo e o titubeio.

Se você vencer, você dará um grande passo. Se você já comprovou o que é ruim, para quê repeti-lo?

A cada nova etapa que se vive, descubrem-se outras tantas portas.

A vida enriquece a quem descobre seus segredos, generosamente oferecendo afortunadas oportunidades!"

Tempo: 1 minuto

Avaliação de Processo - Satisfação do consumidor

1) Sobre o encontro de hoje, o que vocês gostaram?

2) O que acham que podia ter sido melhor?

3) Gostariam de sugerir algo para melhorarmos se fôssemos ter este mesmo encontro de hoje com outros homens?

4) Descobertas ou novas aprendizagens dos participantes no encontro: considerando o que conversamos hoje, houve algo novo para vocês? Algo que vocês aprenderam ou descobriram... sobre vocês, ou sobre as emoções, ou outros aspectos?

5) Entre 1 e 5, como vocês julgam o grau de novidade que este encontro trouxe para vocês?

Tempo: 10 minutos